



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas - GPP

INGRID FERREIRA DE OLIVEIRA

**O PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL DO GRUPO LEMANN: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA
NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO**

Brasília – DF

2023

INGRID FERREIRA DE OLIVEIRA

**O PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL DO GRUPO LEMANN: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA
NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao Departamento
de Gestão de Políticas Públicas como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professor Orientador: Francisco José
Mendes Duarte

Brasília – DF

2023

INGRID FERREIRA DE OLIVEIRA

**O PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL DO GRUPO LEMANN: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A ATUAÇÃO DE SEUS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA
NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Ingrid Ferreira de Oliveira

Doutor, Francisco José Mendes Duarte
Professor-Orientador

Doutor, Camilo Negri,
Professor-Examinador 1

Doutor, Moisés Villamil Balestro,
Professor-Examinador 2

Brasília, 10 de fevereiro de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que ao longo do processo de escrita estiveram me ajudando e me dando o máximo de apoio para que eu pudesse ter confiança em mim mesma na minha capacidade de realizar um grande trabalho desse. Gostaria de primeiramente agradecer ao meu orientador Francisco Duarte, que além de ter me sugerido o tema, me ajudou a melhorar minha escrita em trabalhos acadêmicos e dar o melhor de mim.

À minha psicóloga Ana Laura, obrigada por esses 2 anos que está comigo e até o momento em terapia, graças a você pude e ainda estou melhorando a cada dia, superando problemas internos. Você me inspira muito e eu sempre me sinto cada vez mais confiante e segura de mim a cada sessão nossa.

Aos meus queridos amigos e familiares, obrigada pelo suporte emocional e pelas forças que me desejaram, me fazendo dar mais empenho na monografia com todo o gás possível. Carol, Isa, Amanda e Malu, obrigada pela amizade ao longo desses anos, vocês são maravilhosas e gosto muito de interagir com vocês fora das aulas. Júlia, minha amiga lá do CMDPII, obrigada por mesmo depois dos anos de escola me ajudar muito com a faculdade e como sobreviver a ela, além de ajudar com a formatação ABNT. Lorena, Vívian, Amanda, Dafne, André e outras várias pessoas, vocês são amigos incríveis e valiosos que são muito presentes na minha vida e sempre me incentivaram e apoiaram muito em tudo, amo vocês.

E UnB, muito obrigada por esses anos todos mesmo que eu todo dia reclamei que não aguentava mais pisar aí. Os estágios, cursos, palestras, disciplinas, Roda das Minas, CAPOP, meus estudos na BCE e meus momentos de tédio ouvindo música pelo campus foram coisas muito valiosas para mim nesses cinco anos, que vou sempre levar para minha vida.

RESUMO

Este trabalho de monografia é um estudo de caso sobre o desempenho do Grupo Lemann como principal representante da burguesia no debate de políticas públicas educacionais, bem como a consolidação deste Aparelho Privado de Hegemonia (APH) empresarial no âmbito educacional por meio da implementação de seu projeto de sociabilidade neoliberal. O presente estudo utilizou a linha de abordagem do filósofo Antonio Gramsci como principal referencial teórico. Quanto à metodologia de pesquisa, foi realizada uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, fazendo uso de material bibliográfico de organizações não governamentais e grupo suprapartidários, livros, artigos, teses e monografias alinhadas à corrente gramsciana, vídeos e *websites* das organizações citadas ao longo da monografia, bem como entrevistas de Jorge Paulo Lemann e Tabata Amaral, do período de 2010 até 2022. Ao final, os seguintes resultados obtidos foram a visão do Grupo Lemann sobre o campo educacional como fronteira de acúmulo de capital, e a necessidade de indivíduos para representar o avanço de seu projeto.

Palavras-chave: 1. Aparelho Privado de Hegemonia. 2. Grupo Lemann. 3. Fundação Estudar. 4. Fundação Lemann. 5. Projeto Político-Educacional. 6. Novo Ensino Médio. 7. Base Nacional Comum Curricular.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APH - Aparelho Privado de Hegemonia

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

FE - Fundação Estudar

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FL - Fundação Lemann

GL - Grupo Lemann

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

NOVO - Partido Novo

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG - Organização Não Governamental

OSC - Organização da Sociedade Civil

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Alunos

PODE - PODEMOS

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PT - Partido dos Trabalhadores

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNIÃO - União Brasil

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
1.1. Contextualização do tema.....	10
1.2. Pergunta de pesquisa.....	10
1.3. Objetivos.....	10
1.3.1. Objetivo Geral.....	10
1.3.2. Objetivos Específicos.....	10
1.4. Justificativa.....	11
2. Referencial teórico.....	12
3. Metodologia de pesquisa.....	26
4. Os novos aparelhos privados de hegemonia do capital e a redefinição do projeto político-educacional no Brasil entre os anos 1990 e 2000.....	28
5. O projeto de Jorge Paulo Lemann para a educação básica brasileira.....	44
6. Tabata Amaral: o legado do Grupo Lemann em sua atuação parlamentar e ativismo pela educação.....	59
7. Considerações Finais.....	76
8. Referências Bibliográficas.....	77

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

No ciclo de políticas públicas estão envolvidos atores representando diversos setores da sociedade, desde aqueles diretamente ligados a funções públicas do Estado aos setores privados. As organizações da sociedade civil, segundo Lopez (2018), são instituições autônomas que reúnem diversos objetivos organizacionais, não possuem vínculo jurídico ou legal com o Estado, são autoadministradas e constituídas de indivíduos que, de forma voluntária, desempenham atividades de interesse público.

As organizações sem fins lucrativos do terceiro setor, chamadas de ONGs, nas palavras de Maria Gohn (2013, p. 247) “defendem as políticas de parcerias entre o setor público com as entidades privadas sem fins lucrativos e o alargamento do espaço público não estatal”. Muitas dessas ONGs surgiram na década de 1990 e, ao contrário das associações comunitárias e ligadas a movimentos sociais, que eclodiram no Brasil ao longo do processo de redemocratização, elas são formadas e dirigidas por grupos empresariais, que passam a atuar no campo das políticas públicas incorporando os princípios do mercado e promovendo a desconcentração das atividades estatais no âmbito social. Naquele período, a administração pública brasileira buscou substituir o modelo de gestão burocrática pelo gerencialista, tendo em vista uma administração eficiente que, supostamente, atendesse às demandas sociais definidas na Constituição Federal de 1988. O *Plano Diretor do Aparelho do Estado (PDRAE)*, elaborado pelo então Ministro da Administração e Reforma do Estado Bresser-Pereira, em 1995, propôs uma reforma gerencial no país e, para tanto, adotou como principais medidas a descentralização do Estado e a transferência da execução dos serviços não-exclusivos do setor estatal – saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia – aos agentes da sociedade civil¹ (LIMA, 2021).

¹ BRESSER PEREIRA. As Três Formas de Administração Pública. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: [s. n.], novembro 1995. cap. 2, p. 14-17.

Dessa forma, diversos Aparelhos Privados de Hegemonia², órgãos sociais privados de caráter associativo e voluntário, mas, sobretudo, os empresariais, cresceram exponencialmente e puderam compor o Estado Integral, cooperando com e buscando dirigir a sociedade política tanto para redefinir o papel do Estado e legitimar o ultra-individualismo inerente às reformas neoliberais quanto para abrir novas fronteiras de acumulação de capital por meio da operação desses serviços não-exclusivos. Nos anos 1990, muitos APHs empresariais surgiram voltados para à área da educação afirmando que o Estado sozinho não conseguiria corrigir as deficiências do ensino básico. A partir de ações ditas filantrópicas, os APHs do grande capital passaram a disputar a hegemonia da política de educação, frequentemente vista como uma frente alternativa para o acúmulo de capital. Dentre as entidades filantrópicas conhecidas e atuantes no país estão a Fundação Lemann e a Fundação Estudar, instituições desenvolvidas pelo empresário e dono do Grupo Lemann Jorge Paulo Lemann. Instituídas respectivamente em 1991 e 2002, elas visam engajar pessoas físicas e jurídicas em iniciativas voltadas à melhoria da gestão da educação pública em todo o Brasil³⁴.

O Grupo Lemann investe na formação de gestores e líderes através da promoção de programas de liderança e concessão de bolsas em universidades estrangeiras, tanto pela Fundação Estudar, como pela Fundação Lemann. O que difere a Fundação Lemann da Fundação Estudar é o seu envolvimento e colaboração com projetos para a educação básica do país. Além disso, a Fundação Lemann lidera o Movimento pela Base Nacional Comum, fundado em 2013. Sendo um grupo plural e suprapartidário, composto por organizações ligadas ao setores da burguesia, o movimento anseia pela reforma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que atua como referência obrigatória de elaboração de currículos escolares e de práticas pedagógicas para todas as instituições de ensino básico

²Em seus cadernos, Gramsci utiliza com frequência o termo *apparato* para se referir ao “aparelho político”, “aparelho burocrático” e diversas outras coisas. Com frequência, Gramsci utilizava o termo “hegemonia” como referência ao “aparelho hegemônico” desde as primeiras cartas escritas enquanto estava encarcerado. No Caderno 1, o filósofo relacionava o “aparelho hegemônico” à opinião pública, à uma estrutura ideológica, tendo o seu conceito reformulado ao longo de seus escritos. Já no Caderno 6, esse termo é definido como uma instituição ligada ao Estado. O aparelho hegemônico é, portanto, entendido como uma sociedade privada, equivalente ao aparelho governamental.

³ Fundação Lemann - Contato: Sobre a Fundação Lemann. [S. l.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/contato>. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁴ Sobre nós - Fundação Estudar. [S. l.], 2021. Disponível em: https://www.estudar.org.br/sobre-nos/?_ga=2.175340002.1513933326.1629726362-1231562352.1629726362. Acesso em: 23 ago. 2021.

no Brasil⁵⁶, como também pelo Novo Ensino Médio, inspirado principalmente pelas ideias da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e do Banco Mundial relativas à educação e pela experiência estadunidense do *Common Core State Standards Initiative* (ANTUNES, 2017).

Vale enfatizar que a OCDE se trata de uma organização internacional que atua como *think thank*, desempenhando atividades orientadas ao comércio mundial e desenvolvimento econômico. Sendo um *think thank*, a OCDE constitui um alinhamento neoliberal visto que a organização busca ter o controle de conhecimento no campo educacional através do discurso pró-inovação tecnológica e empreendedorismo, bem como desde o início tem desempenhado atividades de ajuda econômica em áreas de maior interesse para países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Essa organização multilateral se responsabiliza pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, sigla na língua inglesa), estudo comparativo que avalia o desempenho dos estudantes na faixa etária de 15 anos, idade pressuposta para o término da escolaridade básica obrigatória, e os seus resultados permitem que políticas públicas educacionais sejam construídas conforme às necessidades de cada país. Já a *Common Core* é a base nacional curricular implementada em 41 estados e na capital dos Estados Unidos, com o foco em linguagens e matemática visando à garantia de uma educação de qualidade, que permita os alunos ingressarem nas universidades, após o Ensino Médio, e no mercado de trabalho⁷. Partindo dessa experiência, o Movimento pela Base deseja flexibilizar a matriz curricular, de modo a organizar a agenda educacional voltada para a lógica do mercado.

Os dados obtidos pelo PISA são extremamente importantes para a construção de políticas públicas educacionais, tanto para buscar alternativas de aperfeiçoar a formação dos estudantes, como para compor a OCDE e atrair investimentos externos, visto que um dos requisitos para fazer parte é o cumprimento de orientações econômicas e educacionais alinhadas aos padrões estabelecidos pelo órgão (ANTUNES, 2017).

Ao criar diversas oportunidades de carreira para estudantes universitários jovens através de suas fundações, o Grupo Lemann (GL) forma intelectuais que vão reproduzir e

⁵ Início - Base Nacional Comum Curricular. [S. l.]. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2021.

⁶ Fundação Lemann - Políticas Educacionais. [S. l.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/politicas-educacionais>. Acesso em: 23 ago. 2021.

⁷Common Core State Standards Initiative. Frequently Asked Questions. United States, 2021. Disponível em: <http://www.corestandards.org/about-the-standards/frequently-asked-questions/>. Acesso em: 18 out. 2021.

defender seus ideais e projeto de caráter neoliberal, pois passam a representar sua classe universitária empresarial, uma elite global que estuda em universidades estrangeiras de renome. É essa elite global, dotada de uma visão de mundo homogeneizadora e que subjuga as ideias do Sul global às do Norte, é que deve, segundo Lemann, modernizar a política de educação no Brasil. Alguns dos ex-bolsistas dessa classe universitária foram eleitos a cargos políticos em 2018, compondo a “Bancada Lemann”, frente parlamentar composta por esses indivíduos engajados em pautas educacionais e em movimentos de renovação política, como o RenovaBR e o Acredito. Apesar de estar umbilicalmente ligada ao GL, a Fundação Lemann afirma não ter financiado qualquer campanha eleitoral, visto que não endossa qualquer visão ideológica e partidária⁸.

Para o estudo de caso, além de analisar a atuação dos APHs do GL nos debates sobre as reformas na educação pública, é investigado como funcionam suas ações “filantrópicas” a fim de compreender, de forma ampla, como frações da burguesia buscam hegemonizar a gestão e o modelo pedagógico vigente no ensino público brasileiro. A pesquisa abordará desde a fundação dessas organizações do GL até a crescente influência que elas assumiram nas reformas recentemente implementadas na educação pública. Por fim, analisamos a inserção de uma ex-bolsista das fundações ligadas ao GL, Tabata Amaral, na sociedade política, isto é, no Congresso Nacional, e como ela tem contribuído para avançar o projeto Lemann no campo educacional.

1.2. PERGUNTA DE PESQUISA

Qual o propósito do seu projeto de educação, para quem ele é direcionado e quais meios foram necessários para o conglomerado consubstancializá-lo?

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. Gerais

O objetivo geral da pesquisa é compreender como as ditas ações filantrópicas do GL, ensejadas por meio de seus Aparelhos Privados de Hegemonia, notadamente as Fundações Estudar e Lemann, contribuíram para que este grupo empresarial se tornasse um ator central na luta pela hegemonia das políticas públicas educacionais no Brasil.

1.3.2. Específicos

⁸ 2.

- Analisar através de conceitos de inspiração gramsciana, como Hegemonia, Aparelho Privado de Hegemonia, Modo de Vida, Sociedade Civil-Sociedade política e capitalismo filantrópico, americanismo e fordismo e intelectual orgânico, a atuação do Grupo Lemann na redefinição da agenda da política de Educação no Brasil recente;
- Investigar em que medida tal atuação do Grupo Lemann coloca-se como esteio de um novo modo de vida, uma sociabilidade neoliberal, sem a qual o pós-fordista não poderia se consolidar no país;
- Narrar e analisar a trajetória de João Paulo Lemann e o projeto filantrópico que ele fundou, identificando e compreendendo quais são os propósitos na área educacional;
- Entender como o Grupo Lemann tem se articulado com a formulação e gestão de políticas públicas de educação no Brasil por meio da formação de quadros políticos;
- Compreender se a agenda de Tabata Amaral contribui ou não para o avanço do projeto educacional do Grupo Lemann.

1.4. JUSTIFICATIVA

O presente estudo de caso se deu pela importância de entender como os atores privados, especialmente, frações da burguesia, que vem se reorganizando politicamente por meio de ONGs, têm o poder de influenciar a agenda governamental do Brasil, assim como de propor a implementação de políticas públicas, sendo a área educacional o foco desta pesquisa. Frações burguesas da sociedade, visando firmar seus interesses, buscam ganhar espaço nas decisões do Estado de várias maneiras que serão abordadas ao longo da monografia.

Nos últimos anos, o GL tem obtido um crescente papel na redefinição dos rumos das políticas de educação no Brasil, principalmente na década de 2010, quando apresentou e liderou o trâmite do projeto de reformulação da BNCC e, conseqüentemente, do Ensino Médio. Com a FE e a FL, conhecidas por seu caráter supostamente filantrópico, o conglomerado se estabeleceu como um grande líder do setor empresarial na agenda educacional ao implementar projetos de gestão para as redes de ensino em todas as regiões do país, bem como investir, intensamente, na formação de gestores e líderes educacionais. Logo, para além do discurso dessas fundações em prol da educação de qualidade, devemos

investigar que rumos os APHs empresariais desejam, de fato, dar ao sistema educacional brasileiro, quais são os fundamentos de suas propostas e quais os interesses subjacentes a elas.

A historiadora Virgínia Fontes em seu artigo *Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais* (2020) sublinha que muitas obras bibliográficas sobre filantropia estimulam os mais ricos a adotarem práticas “generosas”, como doações aos segmentos pauperizados da sociedade, mas não problematizam a influência predatória que o uso do dinheiro e de redes de relações privilegiadas pela burguesia causa no debate público. Assim, contrariando o senso comum, que sublinha excessivamente o caráter altruísta das iniciativas filantrópicas burguesas, este estudo busca compreendê-las de forma crítica e com um olhar estrutural, que não perde de vista os efeitos político-ideológicos, econômico e gerenciais desses empreendimentos na conformação das políticas sociais no país.

Sendo assim, essa as seguintes premissas justificam a relevância do tema de pesquisa para a gestão de políticas públicas: a pluralização dos estudos da área ao trazer o papel da sociedade civil na implementação de políticas públicas, a compreensão do arranjo e articulação política para a consolidação do projeto educacional à nível nacional, assim como a investigação sobre a quem interessa a implementação de tal projeto como política pública de educação – ao povo brasileiro ou aos interesses dos APHs empresariais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial irá discutir os seguintes conceitos de inspiração gramsciana: Modo de produção/modo de vida; Estado restrito/integral; hegemonia/contra-hegemonia e os Aparelhos Privados de Hegemonia; sociedade civil/sociedade política; intelectual tradicional/intelectual orgânico.

2.1. MODO DE VIDA/MODO DE PRODUÇÃO: O NEOLIBERALISMO COMO UMA NOVA FORMA DE SOCIABILIDADE

Desde a sua formação, o sistema de produção fordista – ele ainda não foi totalmente sobrepujado pelo pós-fordismo – pauta-se por uma linha de produção que exige uma dedicação rígida e uma repetição mecânica do trabalho. Logo, a sobriedade do trabalhador é fundamental, ou seja, a fábrica capitalista se vê na necessidade de interferir na vida privada de seus trabalhadores para que estes alcancem maior produtividade. Como diz Gramsci (2008), o proibicionismo nos Estados Unidos era uma condição fundamental para gerar um novo tipo de trabalhador, aquele com as práticas individuais atreladas à indústria fordista. Não por acaso, as fábricas passaram a reprimir o consumo de álcool, controlar os

instintos sexuais, assim como incentivaram a união familiar, a religiosidade e o descanso, como forma de afastar o indivíduo da boêmia e discipliná-lo.

Com o enfraquecimento do fordismo, os capitalistas tanto buscaram globalizar a produção quanto tiveram que se adaptar a esse novo mundo, flexibilizando as operações nas fábricas visando o crescimento das taxas de lucro e a acumulação de capital. A partir de Gramsci, é possível analisar o pós-fordismo, o regime flexível de acumulação, por meio do modo de vida que lhe dá sentido, modo de vida este que esgarça o coletivo e incensa o individualismo. Não existe modo de produção se não existe modo de vida. No caso do pós-fordismo, o modo de vida é a sociabilidade neoliberal, marcada pelo individualismo, pela competitividade, pelo empreendedorismo e pela ideologia do mérito.

Ao final dos anos 1970, um novo modelo econômico começa a consolidar-se como paradigma de desenvolvimento dominante. Castree et al. (2013) explicam algumas características do neoliberalismo que o torna “novo”, comparado ao liberalismo do século XVIII — segundo os autores, esta corrente econômico-filosófica foi elaborada como uma crítica ao capitalismo keynesiano adotado por vários países ao fim da Segunda Guerra Mundial e tem uma visão de que os bens públicos e serviços devem ser desconcentrados do Estado para a iniciativa privada. Os neoliberais acreditam que o mercado mediado por dinheiro é o melhor mecanismo de coordenação das necessidades básicas e da liberdade individual porque o enxergam como uma instituição de alta competência e eficiência.

O professor francês de sociologia Christian Laval comenta sobre o neoliberalismo na América Latina em entrevista feita por Elisa Sanvicente em 2019 e de forma geral define que a corrente “pôs fim à coexistência do capitalismo e da democracia liberal, que tinham encontrado um compromisso na forma parlamentar do sistema político e naquilo a que na Europa se chamou o “Estado Social”. O Brasil passava por uma espécie de “primavera de democracia liberal” no final da década de 1980 e a partir do Consenso de Washington de 1989, o neoliberalismo, segundo Davies (2015), assumiu sua forma normativa. Ao fazê-lo, às políticas neoliberais buscaram incutir em todos os campos da sociedade e, sobretudo, para a gestão pública, a lógica empresarial. O momento neoliberal para Laval assemelha o discurso do ser humano à figura da empresa.

A progressão da onda neoliberal foi uma resposta tanto para o declínio do *Welfare State*, como para o controle estatal de gastos, a defesa do arrocho salarial e das aberturas comercial e financeira por meio de um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico aos países em desenvolvimento (CARIELLO, 2021). O “novo” liberalismo

tinha como premissa central a supremacia do mercado enquanto instituição central para a alocação e distribuição dos bens produzidos pelo mercado.

Carlos Nelson Coutinho em *A época neoliberal* (2007) analisa a natureza teórica e empírica da economia política contemporânea, especificamente os fenômenos do neoliberalismo, por meio dos conceitos gramscianos de *revolução passiva* e *contra-reforma*. Entende-se como *revolução passiva* o processo em que não há rompimento total do tecido social após grupos hierarquicamente subalternos chegarem ao poder, mas sim, uma adaptação da sua estrutura, enquanto a *contra-reforma* é uma simples “restauração”.

Diante de um questionamento sobre a época neoliberal estar mais alinhada a uma *revolução passiva* ou a uma *contra-reforma*, Coutinho (2012) responde que a pergunta não faz sentido nem para a ideologia neoliberal, como nem para os seus próprios defensores, até então se consideravam “conservadores”, contudo menciona que, hoje, os neoliberais gostam ser referidos “defensores de uma suposta “terceira via” entre o liberalismo puro e a socialdemocracia “estatista”, apresentando-se assim como representantes de uma posição essencialmente ligada às exigências da modernidade” (*ibidem*, p. 121). O autor também critica os ideólogos neoliberais por denominarem-se reformistas, revolucionários liberais, dado que esses indivíduos buscam utilizar o termo “reforma” em favor das suas propostas, insinuando práticas progressistas quando na verdade apenas estão empenhando-se para restaurar o capitalismo já existente, ou seja, a manutenção do *status quo*.

Os primeiros governos democráticos inspirados nos princípios neoliberais surgiram a partir dos anos 1980, com o mandato da Primeira-ministra do Reino Unido Margaret Thatcher. Durante seu cargo adotou medidas políticas rígidas de privatização e desregulamentação, um neoliberalismo de enfrentamento às ações sindicalistas, limitando os poderes dos sindicatos de realizarem greves trabalhistas⁹. Todavia, um conjunto de crises foram geradas graças às reformas duras e no início da década de 1990 surge o neoliberalismo normativo, que, para seus defensores, se afastava da velha social-democracia, mas também se distanciava do neoliberalismo radical. Os ideólogos do neoliberalismo normativo o apresentavam, então, como uma “terceira via”. Essa corrente normativa busca modernizar esse sistema político-econômico de forma a modificá-lo de maneira “justa” e “tornar as métricas e os instrumentos baseados no mercado a medida de todo o valor humano, não

⁹ MARGARET Thatcher: Policies of the Thatcher Premiership. [S. l.]: Tutor2u. Disponível em: <https://www.tutor2u.net/politics/reference/margaret-thatcher-key-policies>. Acesso em: 6 set. 2021.

apenas dentro do mercado, mas, crucialmente, também fora dele” (DAVIES, 2016, p. 127, tradução nossa)¹⁰.

Em oposição à caracterização do período neoliberal como *contra-reforma* por Coutinho, Virgínia Fontes tende à revolução passiva enfatizando o papel do PT na expansão das relações sociais capitalistas, na coalizão com o setor privado e na consolidação do neoliberalismo normativo implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso, produzindo uma esquerda adequada ao capital. Apesar de Coutinho ser uma das principais influências de sua formação intelectual e ver coerência em seus argumentos, quando ressalta que a política neoliberal normativa apresentou de alguma forma melhoria para às classes subalternas mesmo que isso não representasse o avanço dos processos progressistas, Fontes (2013) aponta que em seu juízo a “contra-reforma” não é apropriada para definir o que realmente aconteceu no caso brasileiro, pois não se limitou à institucionalização da democracia burguesa.

Os processos de privatização, descentralização do Estado e a reforma na administração pública, institucionalizados no ano de 1995, permitiram uma grande expansão dos aparelhos hegemônicos no Brasil, quando o governo de FHC abriu possibilidades ao setor privado para atuar no setor público, formalizando o contrato entre essas esferas chamada Parcerias Público-Privadas (PPP) (CARIELLO, 2021).

A Fundação Estudar surgiu com a finalidade de desenvolver jovens para “uma carreira de protagonismo e impacto positivo” (FUNDAÇÃO ESTUDAR, [s.n]), por meio de projetos como *Líderes Estudar*, *Estudar Fora e Na Prática*. Como descrito na página de transparência a respeito da sua atuação e metas:

Embora tenha crescido a diversificação das áreas de atuação dos líderes, as análises para áreas pública, social e acadêmica neste estudo ainda são limitadas. Isso porque ambos os grupos da amostragem e de controle têm atuação concentrada no setor privado, dado que foi o foco da Fundação Estudar nas primeiras décadas, e porque nossos bolsistas das demais áreas foram selecionados mais recentemente, são mais jovens e representam uma amostra ainda insuficiente (FUNDAÇÃO ESTUDAR, [s.n.]).

¹⁰ The neoliberal telos became a constructivist one, of rendering market-based metrics and instruments the measure of all human worth, not only inside the market but, crucially, outside it as well.

E a Fundação Lemann não apresentava uma iniciativa própria no momento em que surgiu ¹¹, então em seu primeiro ano de atuação focou em parcerias com três projetos. Conforme o Relatório Anual de 2002, a organização visou naquele ano investir em gestão de recursos humanos e materiais para melhor manuseio de recursos financeiros e eficiência desses projetos — Vitae, foco em desenvolvimento da qualidade de ensino profissionalizante no país; Brascri, aumento da inclusão social e da empregabilidade dos jovens brasileiros; Ismart, levar educação de qualidade para crianças com habilidades especiais (FUNDAÇÃO LEMANN, 2002, p. 1). Nos anos seguintes, procurou consolidar suas linhas estratégicas, promovendo meios necessários em prol da educação de qualidade em todo o território nacional, como consta em seus primeiros relatórios¹².

2.2. ESTADO RESTRITO/INTEGRAL

Márcia Jacomini (2020) afirma que Gramsci inspirou-se na tradição marxista para desenvolver o conceito de Estado. O que diferencia a sua concepção com a de Marx é que o Estado não se limita a um instrumento de dominação burguesa dos meios de produção, pois abrange “um conjunto de organizações que concorre para dar forma à atuação do Estado e que cumpre papel importante na construção e manutenção da hegemonia da classe dominante” (*ibidem*, p. 5).

Ademais, Gramsci apresenta nos *Cadernos* que o Estado, ao estabelecer um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, mantém não apenas seus elementos coercitivos, mas também uma relação consensual com a classe dominante, permitindo que a hegemonia de uma classe opere sobre todo o corpo social por meio do Estado, utilizando a persuasão, com o poder coercitivo.

Resende também dialoga a respeito da abordagem teórica de Gramsci em seu trabalho *A Noção de Estado Ampliado em Gramsci: um estudo sobre a formação do Estado e a relação com a opinião pública* (2019). O sardo retoma conceitos e elementos filosóficos de Karl Marx e Georg Hegel e renova alguns elementos de suas respectivas teorias políticas em razão das transformações que a sociedade experimentava naquele momento histórico

¹¹ Quais são os projetos e frentes de atuação da Fundação Estudar?. [S. l.], 16 nov. 2017. Disponível em: <https://duvidas.estudar.org.br/support/solutions/articles/17000048453-quais-s%C3%A3o-os-projetos-e-frentes-de-atuac%C3%A3o-da-fundac%C3%A3o-estudar>. Acesso em: 6 set. 2021.

¹² Fundação Lemann - Materiais. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materials/temas/relatorio-anual>. Acesso em: 6 set. 2021.

vivenciado por ele, em virtude da expansão imperial daquele período e das contradições econômico-sociais existentes na sociedade.

Gramsci formula essa expressão em seus *Cadernos* ao referir o novo tipo de Estado que os países ocidentais, inclusive o seu próprio país de origem, estavam aderindo no século XX, em que as organizações privadas, partidos e associações formam uma rede de sustentação da atuação da sociedade política, compondo o Estado Integral, ou o Estado Ampliado (JACOMINI, 2020).

A fórmula “Estado = sociedade política + sociedade civil” (JACOMINI, 2020, p. 6), sintetiza a ideia de que é necessário ter em consideração os componentes característicos tanto da sociedade política, como da sociedade civil na qual sobressaem a persuasão e hegemonia, para compreendermos o Estado além de sociedade política. Partindo dessa formulação, Jacomini clarifica a visão do filósofo:

Gramsci percebeu que há, nas sociedades ocidentais, um conjunto de instituições que diferem daquelas que são características do Estado em sentido restrito, que participam da construção da hegemonia da classe dominante e influenciam na atuação das instituições da sociedade política, principalmente por meio do consenso. Então, ele passou a pensar em um novo conceito de Estado, no marco da Filosofia da práxis, e em uma reorganização das estratégias de luta contra o capitalismo, que consideram, de forma mais acentuada, a necessária construção de uma nova hegemonia. (2020, p. 6).

Com a redemocratização e a reforma do aparelho estatal nos anos 1990, no bojo do qual o Brasil foi construindo sua democracia liberal, a sociedade civil organizada ganhou mais legitimidade e reivindicou maior participação no controle, na formulação e na implementação de políticas públicas. Contudo, esse processo se deu em meio ao avanço do neoliberalismo enquanto paradigma de desenvolvimento no país, paradigma este que buscou deslocar o papel do Estado de instrumento de legitimação e organização dos conflitos sociais para torná-lo um instrumento, primordialmente, voltado à organização dos mercados (WANDERLEY, 2012).

A construção do Estado integral na era do capitalismo neoliberal ocorre *pari passu* com a conformação de um novo conjunto de organizações da sociedade civil, conformado por ONGs e *Think Tanks*, que afirmam compor o terceiro setor e que visam tanto a substituir o Estado na execução e gestão de políticas quanto a redesenhá-lo sob a lógica empresarial (WANDERLEY, 2012). As organizações filantrópicas de viés empresarial fazem

parte das organizações da sociedade civil de novo tipo e dedicam-se a disputar o sentido do Estado Integral.

2.3. HEGEMONIA/CONTRA-HEGEMONIA: O PAPEL DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA NA DOMINAÇÃO DE CLASSE

Gramsci utiliza a palavra “hegemonia” com frequência em seus escritos, ainda que não tenha uma definição concreta, mas pode-se entender que se trata de dominação, da direção político-ideológica de uma classe social sobre a outra. O conceito tem origem leninista¹³ e é utilizado pelo movimento socialista da Rússia desde o século XX para “designar o papel dirigente do proletariado em uma aliança de classes” (BIANCHI e MUSSI, 2021).

Já o conceito de “contra-hegemonia” não foi elaborado por Gramsci. O que ocorre é que Raymond Williams, em sua obra *Marxismo e Cultura* (1977), afirma que o conceito de hegemonia de Gramsci não compreende por inteiro o que é a hegemonia porque ela nunca será completamente dominante e a qualquer momento haverá divergências políticas e culturais manifestando-se contra ela. A hegemonia, portanto, sempre sofrerá resistência continuada e não existe, como forma de dominação, apenas de maneira passiva.

Desde os primeiros textos manuscritos do *Cadernos do Cárcere*, Gramsci usa o termo “hegemonia” referindo-se ao “aparelho hegemônico”. Embora não tivesse seu significado definido, em seus cadernos tratava o termo de forma indireta, como no *Caderno 6*, onde o aparelho privado é abordado como “unidade do Estado na distinção dos poderes: O Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, situado entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita [...]” (Q 6, 81, 752 [CC, 3, 235-6], apud LIGUORI e VOZA, 2017). Lisia Cariello (2021, p. 79) considera a noção de aparelho privado de hegemonia (APH) como “um elo entre o conceito de hegemonia e a noção de Estado integral”, ou seja, uma sociedade particular equivalente ao Estado coercitivo. Althusser (DORE, 2006) utiliza o termo “aparelho ideológico do Estado” para designar a ideia de aparelho hegemônico de Gramsci de forma complementada, pois o Estado não atua apenas como um aparelho repressivo, mas impõe uma ideologia a ser seguida, reproduzida por meios de comunicação, educação, religião, família e meios de cultura, como forma de perpetuar a exploração e opressão das classes subalternas.

¹³ Vladimir Ilyich Ulianov (1870-1924) foi um político e revolucionário russo, responsável pela propagação dos ideais comunistas na União Soviética, assim como foi um de seus fundadores.

Virgínia Fontes (2010) aponta que os aparelhos privados de hegemonia correspondem às vértebras da sociedade civil, constituindo-se de organizações associativas voluntárias sob diferentes formatos. Essas associações compostas por clubes, partidos, igrejas e outras entidades não são homogêneas em sua composição, sendo muitas vezes desconectadas das “grandes massas”. Além do mais, Fontes (2020, p. 23) traz uma definição alternativa aos APHs como “a expressão de lutas sociais, permeadas pelas condições e posições de classe, por tensões geradas entre sociabilidades diferentes e contrapostas”.

Os APHs empresariais começaram a proliferar-se pelo Brasil em formato de organizações não governamentais a partir dos anos 1990. Em um contexto onde o país encontrava-se endividado ao fim do governo militar, os setores empresariais entraram em disputa pelos recursos públicos. O mercado não apenas criticou abertamente a intervenção do Estado na economia, demandando maior espaço para a atuação privada, assim como buscou prevenir-se frente aos movimentos populares, visto que solicitaram extensão de serviços públicos. Fontes julga que o surgimento das primeiras entidades associativas se deu em um cenário em que o meio acadêmico passou a criticar as abordagens “estruturalistas” utilizadas pelos movimentos sociais por não serem “lastreadas na experiência imediata dos envolvidos ou como não suficientemente empíricas” (FONTES, 2010, p. 229), tratando questões sociais de extrema importância de maneira banalizada. A visão imediatista dos setores populares e a questão dos modismos acadêmicos diluídos nos discursos desses movimentos dificultou a compreensão da ligação entre as diferentes lutas populares, enquanto deveriam enfrentar a repressão política proveniente do Estado (*idem*, 2010, p. 230). A autora descreve os setores populares diante da série de mudanças que o país vivenciava naquela década:

Eram duplamente instados, de forma paradoxal, a permanecerem no terreno de suas reivindicações mais imediatas: pela repressão, de um lado, e por esses novos acadêmicos, fascinados com o popular. Alguns autores saudaram esse procedimento como se traduzisse, enfim, a “chegada ao pensamento democrático” no Brasil. Para estes, o aprendizado – ainda que forçado – de “estratégias de racionalidade limitada” levaria finalmente os intelectuais brasileiros a abandonar expectativas

revolucionárias (“irracionais” ou “utópicas”) e a conviver com o mundo restrito da política institucional como horizonte insuperável (2010, p. 230).

Em sua maioria, as ONGs tinham ligações com as entidades religiosas, principalmente cristãs, e empresariais, fortemente internacionalizadas (*idem*, 2010, p. 231). A filantropia estava sendo estimulada internamente pelas associações internacionais, centralizando o debate sobre a pobreza e desigualdades sociais.

Ao lado do crescimento dos APHs empresariais, as desigualdades sociais eram atribuídas a falhas do Estado brasileiro. Embora os movimentos sociais e suas reivindicações estivessem atingindo dimensões impressionantes, o momento que o Brasil vivia de privatização do setor público permitiu que a multiplicação de APHs redirecionasse o sentido de tais lutas, sob o argumento de que o Estado era incompetente, ressaltando o novo foco, que segundo Fontes (2010, p. 273) era de “gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa políticas públicas voltadas para a maioria da população”.

Ressaltando o tema da filantropia, Fontes (2020) fala como o “capitalismo filantrópico” não existe, mas que há filantropia no sistema capitalista, demonstrando que o termo “filantropia” está na moda, mas seu uso ofusca as reais causas a serem defendidas porque são apartadas dos seus objetivos quando as entidades privadas assumiram parte das funções do Estado.

Nessa conjuntura que se situam as organizações fundadas por Jorge P. Lemann, a Fundação Estudar, em 1991, e a Fundação Lemann, em 2002. Ambas são organizações sem fins lucrativos que atuam no ramo da educação, porém levando a forma de atuar típica do setor privado para o setor público (CARIELLO, 2020).

2.4. SOCIEDADE CIVIL/SOCIEDADE POLÍTICA

Ao falar sobre a formação de intelectuais tradicionais e orgânicos, que será abordado com maior profundidade na próxima subseção, Gramsci (1982, p. 10) expressa que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto

social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". O intelectual age como mediador entre a sociedade política (Estado) e a sociedade civil (movimentos sociais e associações sem fins lucrativos) para organizar e articular atores sociais com a finalidade de estabelecer a hegemonia do proletariado.

A sociedade política corresponde ao que Gramsci (Q 8, 130, 1.020 [CC, 3, 279] apud LIGUORI e VOZA, 2017, p. 1.451) chama de “forma de vida estatal a que se dá o nome de Estado”. Esse tipo de sociedade compõe instituições políticas que detém o monopólio de dominação, coerção e repressão estatal por meio da administração pública e forças militares, além de ser responsável por organizar e dirigir a vida social. Gramsci descreve a sociedade política como “autogoverno” e “governo de funcionários” (ibidem), equivalente ao Estado em sua forma restrita, que, junto com a sociedade civil, ampliará o Estado para conferir hegemonia da classe dominante sobre o povo.

Virgínia (2020) designa como expansão da sociedade civil a abertura para uma maior participação no Estado de entidades populares, porém salienta que isso não necessariamente produzirá ou alargará a democracia visto que a classe empresarial, ao fazer uso dessa abertura, geralmente procura se beneficiar, inclusive por meios ilícitos, deixando as organizações das classes trabalhadoras de fora dos benefícios e resultados que teriam por conta de uma maior participação no Estado. Portanto, uma expansão que não alcança ou atinge todos os atores interessados.

A respeito da sociedade civil, Mendonça (2013) diz que esse conjunto de instâncias junto com o Estado restrito conforma o Estado ampliado. Somente no pensamento burguês, do institucionalismo neoliberal, é que essas duas dimensões são, de fato, separadas. Na prática, elas conformam um todo. Uma configuração orgânica. Isto é, não é possível entender o Estado restrito sem entender a sociedade civil e vice-versa. Sua formação consiste em uma associação de instâncias voluntárias, empresariais e instituições estatais que espelham os valores da sociedade capitalista e seus interesses não apenas de grupos dominantes, como também de grupos dominados. Essas entidades organizativas unificam-se por meio da sua vinculação com a sociedade política e assim atuam em prol da afirmação de seus projetos pela busca de organização de exigências coletivas e a conservação de seus princípios para que se tornarem hegemônicos.

Wanderley (2012) aborda interpretações teóricas e práticas do termo “sociedade civil” da realidade brasileira e algumas expressões notáveis na bibliografia gramsciana. Entre os diferentes pontos de vista acerca do vocábulo expostos em seu artigo, o professor titular do Departamento de Sociologia da PUC - SP traz a concepção da autora Ivete Simionatto em três definições — a *sociedade civil liberal-democrática*, próxima das formulações liberais; a *sociedade civil liberal corporativa ou neoliberal*, caracterizada pela ampla participação de atores sociais como ONGs, setor privado e sindicatos nas questões públicas; e *sociedade civil gramsciana*, ou seja, uma sociedade classista, individualista, que preocupa-se somente com suas próprias ambições, inclusive fazendo acordos com outros atores a fim de atingir suas metas.

Como instância autônoma em relação ao Estado e a economia, a *sociedade civil liberal-democrática* é entendida como um conjunto de entidades que miram na ampliação do Estado e no fortalecimento da democracia a partir da diversidade de movimentos autônomos auto-organizados.

A *sociedade civil neoliberal*, também denominada “terceiro setor” — composta de organizações sem fins lucrativos, associações comunitárias, instituições filantrópicas, empresas, etc — funciona como uma esfera que defende a minimização do Estado para obter maior legitimidade às suas operações e participação no enfrentamento de problemas sociais. O professor aponta a crítica de Simionatto a respeito de como sua percepção é comumente deturpada:

A sociedade civil foi reduzida ao âmbito dos interesses privados e corporativos, como uma esfera autônoma, sem conflitos, destituída da prática política em sentido amplo. Nessa concepção, “a luta se faz em termos competitivos e radicalmente privados, sem maiores interferências públicas ou estatais” (Nogueira, 2003, p. 224), onde não há lugar para a disputa da hegemonia, na medida em que a preocupação não é construir um novo tipo de Estado, mas contar com o apoio deste meio do acesso aos fundos públicos e da maximização dos interesses privados. Aqui não há espaço para a construção de um projeto sob a hegemonia das classes subalternas [...]. (SIMIONATTO, 2010, p. 46, apud WANDERLEY, 2012).

A crítica da autora reforça que a sociedade civil não é oposta à sociedade política, mas sim, um reflexo no momento em que, de maneira utilitarista, usa seus agentes para desempenharem seus projetos de poder e obter a tão sonhada hegemonia.

Na dinâmica das relações entre a sociedade política e a civil, é visível um constante movimento de forças querendo, cada uma, se impor, dominar e conquistar espaços.

Os mais variados atores presentes nestas sociedades buscam a todo tempo construir um projeto hegemônico ao difundir suas práticas políticas entre todos os setores da sociedade, adaptando-os à sua “estrutura” ideológica. Simionatto comenta sobre a concepção de *sociedade civil gramsciana* e o que há nela:

"Um caráter radicalmente classista" (Durighetto, 2006, p. 124), uma dimensão nitidamente política, permitindo retomá-la como esfera da "grande política", o que remete à luta pela hegemonia e à conquista do poder pelas classes subalternas (Coutinho, 2008). Esse movimento implica a criação de alianças estratégicas entre a classe trabalhadora e os movimentos sociais, com vistas a ampliar o horizonte emancipatório, elevando ao máximo de universalidade possível o ponto de vista dos grupos subalternos, cuja síntese é a "vontade coletiva nacional-popular". (SIMIONATTO, 2010, p. 50, apud WANDERLEY, 2012 p. 10).

No que diz respeito ao trabalho de Jorge P. Lemann, o economista e empresário deseja inovar a educação brasileira com o apoio da sociedade civil, seguindo recomendações de organismos como OCDE e BM, e propostas do *Common Core*, legitimando seu projeto de capitalismo perante à sociedade.

Mendonça (2013), em relação à capacidade de uma classe hegemônica em organizar e dirigir a sociedade conforme suas convicções, menciona a ideia de Gramsci sobre os grupos dominantes:

O partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental, que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como “econômico”, até transformá-lo em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade civil, integral e política (GRAMSCI, cc v.2, 2001, p. 24, apud MENDONÇA, 2013, p. 4).

Ademais, a doutora faz menção às palavras de Guido Liguori em *Roteiros para Gramsci* (2007), professor italiano de História e estudioso das obras gramscianas, referente ao conceito de sociedade civil na visão do intelectual sardo:

A sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e, precisamente por isso, não é o 'outro' em relação ao Estado, mas – junto com a sociedade política, isto é, o

'Estado-coerção' – um dos seus inelimináveis momentos constitutivos [...] (2007 apud MENDONÇA, 2013).

Dentro dessa citação, Mendonça (2013, p. 5) transparece que a luta de hegemonias em Gramsci não é restringida a um embate de visões de mundo, mas envolve uma disputa entre grandes organizações em busca de dominação sobre as grandes massas, o que revela que a sociedade civil “guarda não somente forte dose de conflitividade, como também de coerção, equivocando-se os que a tratam como mero “espaço de liberdade”, pelo simples fato de situar-se em âmbito distinto do Estado restrito”.

2.5. INTELECTUAL TRADICIONAL/INTELECTUAL ORGÂNICO

Durante o século XIX, Karl Marx trouxe grandes contribuições às Ciências Humanas no que diz respeito à análise social e crítica da sociedade, especificamente as relações sociais na Europa. Observando as agitações políticas que ocorriam no continente europeu naquele período notou que a sociedade é dividida em classes — a burguesia encontrava-se instalada nos centros de poder, enquanto frações da sociedade trabalhadora organizavam-se, aspirando um novo projeto de sociedade (SEMERARO, 2006).

Os intelectuais, segundo Gramsci (1982), correspondem a um grupo social autônomo, que são representantes dos grupos ligados ao mundo da produção. Todo grupo social tem suas respectivas funções, assim como forma uma camada de intelectuais que serão responsáveis pela homogeneidade e consciência social e política de suas classes. Ademais, o filósofo também diz que todo grupo social possui intelectuais preexistentes, representando uma continuidade histórica que nunca foi interrompida. O conceito de intelectual está atrelado ao processo de hegemonia e ao conceito de Estado, pois os intelectuais são importantes para a formação da consciência crítica, como também para a organização de movimentos político-ideológicos e a consolidação dos projetos hegemônicos de suas classes de origem.

No conceito de intelectual há distinção entre intelectuais “orgânicos” e “tradicionais”. Para Gramsci, os intelectuais tradicionais emergiram e estão estagnados em uma estrutura socioeconômica ultrapassada, na qual apresentam “intelectuais preexistentes” como figuras de uma continuidade histórica ininterrupta, não sendo questionados por quaisquer mudanças políticas e sociais. Esses intelectuais se consideram autônomos, independentes dos grupos hegemônicos e, portanto, seres superiores, ainda que estivessem distantes sobre o mundo da produção e as lutas hegemônicas entre classes. De acordo com Semeraro (2006), os intelectuais tradicionais acabam se excluindo dos avanços científicos, e, principalmente, das transformações sociais.

Na filiação entre sociedade privada e sociedade civil, e em contraste com os intelectuais tradicionais, surgem os intelectuais orgânicos. Esses indivíduos operam como porta-vozes, responsáveis pelas organizações das reivindicações populares e pela estruturação da persuasão para o exercício da hegemonia ou contra hegemonia (MENDONÇA, 2013). Para Wanderley (2012), sua representação deve-se às suas classes de origem, a partir das classes substanciais na esfera econômica. A essência dos intelectuais orgânicos está descrita nas seguintes palavras do próprio Antonio Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1982, p. 3).

Gramsci associa a validade dessa ideia para os intelectuais em posições superiores, pois defende que não somente há poucos representantes originários das classes subalternas, como geralmente são “importados” pelos setores dominantes, sendo posteriormente moldados pelos seus padrões e preceitos (*ibidem*, p. 21).

Cariello, ao trabalhar com a formação de intelectuais orgânicos em sua dissertação de mestrado (2021), destaca que frente aos eventos que ocorreram nas últimas décadas do século XX, como a globalização, o fim do socialismo real e a revolução tecnológica-científica, as antigas referências de esquerda e direita foram deslegitimadas e passou-se a buscar uma saída intermediária para os problemas da época entre a antiga esquerda e os neoliberais. Outro ponto levantado por Cariello é a “crítica acrílica ao mercado como sistema social de distribuição de riqueza”, em que intelectuais burgueses negam que o problema das desigualdades sociais se encontre na produção de riqueza, e passam a localizá-lo na má distribuição por parte do governo. Então, este deveria corrigir suas “falhas” se articulando com “mercado” a partir das parcerias público-privadas no campo econômico e social, de caráter assistencialista e filantrópico.

Fontes (2010) cita que a dominação dos setores burgueses ocorre desde a produção do mais-valor até o Estado, de modo que passam pela cultura e pela visão de mundo de outras classes sociais. Tanto a Fundação Estudar, como a Fundação Lemann trabalham em função da formação de futuros gestores para atuarem no setor público. Com propósitos de incentivo à educação, a Fundação Estudar realiza ações focadas em aprimoramento pessoal e profissional, e desenvolvimento de jovens de alto potencial com o oferecimento de bolsas de

estudos em universidades internacionais¹⁴ e a Fundação Lemann atua ativamente nas políticas públicas educacionais¹⁵¹⁶.

Entre os jovens formados nas Fundações do GL estão Tabata Amaral, Felipe Rigoni, Tiago Mitraud e Renan Ferreirinha. Filiados a diferentes partidos políticos, como PSB, UNIÃO, NOVO e PSD, ocupam cadeiras na Câmara Federal e em assembleias legislativas estaduais. Todos esses indivíduos tiveram a oportunidade de estudar fora do Brasil com bolsas de estudos e são as pessoas mais jovens a ocuparem cargos políticos, dando prioridade a pautas relacionadas ao campo educacional¹⁷. Formados com o apoio dos APHs do GL, seriam eles intelectuais orgânicos da burguesia?

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa é um estudo de caso de objetivo descritivo, exploratório, explicativo e de abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva requer do investigador informações sobre o tema delimitado a fim de descrever fenômenos e fatos específicos e reais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Enquanto a pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, em certos casos, entrevistas com pessoas com experiências com o problema pesquisado, e análise de exemplos e situações para estimular a compreensão. Como uma pesquisa explicativa, preocupa-se em explicar o porquê das coisas, em identificar e justificar os fatores que geram a ocorrência dos fenômenos (*ibidem*). Sendo um estudo de caso, a base teórica será constituída a partir de análise de fontes documentais sobre o tema, que podem ser primárias, como aquelas publicadas pelas Fundações aqui estudadas, ou secundárias, como os livros e artigos acadêmicos consultados, alinhados ou críticos ao pensamento gramsciano. E tal base teórica será aplicada, de forma dialética, na análise de fontes primárias e secundárias

¹⁴ FUNDAÇÃO Estudar - Para o jovem. [S. l.]. Disponível em: https://www.estudar.org.br/?_ga=2.55502376.2082874674.1631036879-144816973.1629056144#atuacoes.

Acesso em: 6 set. 2021.

¹⁵ FUNDAÇÃO Lemann - Educação pública de qualidade. [S. l.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade>. Acesso em: 6 set. 2021.

¹⁶ FUNDAÇÃO Lemann - Contato. [S. l.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/contato>. Acesso em: 6 set. 2021.

¹⁷ Pós-eleições: Novos caminhos para o Brasil avançar: Além dos desafios para unir o país, as eleições trazem a oportunidade de renovar a política com pessoas e visões de mundos diversas. [S. l.], 8 out. 2018. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/pos-eleicoes-novos-caminhos-para-o-brasil-avancar>. Acesso em: 6 set. 2021.

sobre Jorge P. Lemann e o seu projeto de educação a partir de suas iniciativas filantrópicas com vistas a compreender sua intervenção no campo das políticas públicas de educação.

Augusto Triviños define o estudo de caso como “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (1987, p. 133), que se caracteriza pela natureza e abrangência da unidade. Neste trabalho será discutida a atuação do projeto educacional de Jorge P. Lemann como *think tanks* no campo da formulação de políticas públicas de educação¹⁸. Tratando-se de um estudo de caso, o presente trabalho examinará a formação acadêmica, intelectual e empresarial de Jorge P. Lemann, a consolidação da hegemonia do Grupo Lemann (GL) no meio educacional e a trajetória de Tabata Amaral, ex-bolsista da FL, que tornou-se deputada federal e sobre qual levantamos a seguinte hipótese: formada no círculo das elites universitárias globais, na esteira das iniciativas filantrópicas do GL, estaria ela reproduzindo o projeto intelectual e moral deste grupo com suas propostas legislativas voltadas à educação?

Quanto às técnicas de coleta de dados da pesquisa qualitativa, o método da triangulação de fontes será utilizado. Triviños (1987) descreve a técnica como um meio para abranger ao máximo a análise de um objeto de estudo, focando na sua descrição, explicação e compreensão. Essa técnica tem três funções: *Processos e Produtos centrados no sujeito*; *Elementos produzidos pelo meio do sujeito* e *Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social do sujeito*.

O primeiro aspecto traz a perspectiva do pesquisador em relação ao objeto a ser estudado, mediante a observação livre ou induzida, e pelas fontes criadas pelo próprio sujeito. No caso da pesquisa em tela, esta dimensão corresponderá às fontes produzidas por indivíduos que atuam nas organizações (Fundação Estudar e Fundação Lemann), como o próprio Jorge Paulo Lemann e a Tabata Amaral, aos dados oficiais dos *websites* das entidades, como também aos seus relatórios anuais.

Foram utilizadas como fontes primárias entrevistas e palestras (em formato de vídeo e notícia) de Jorge P. Lemann e de Tabata Amaral, e fontes secundárias como artigos, monografias, teses e notícias de jornal, que foram importantes tanto para o levantamento de

¹⁸ Afinal, o que é um think tank e qual é a sua importância para políticas públicas no Brasil?: Entenda o papel dessas instituições; confira dicas de leitura. Escola Nacional de Administração Pública, 4 mar. 2020. Disponível em:

<https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil>. Acesso em: 1 out. 2021.

dados biográficos, como para a investigação de suas trajetórias no meio político, empresarial e universitário a fim de consolidar o projeto de educação do GL.

No que tange à dimensão organizacional, esta refere-se a documentos legais e oficiais, aqueles provenientes das organizações, que podem abarcar diretrizes, estatísticas e fotografias. Fontes organizacionais da Fundação Estudar, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Todos pela Educação e Movimento pela Base Nacional Comum foram utilizados, sendo encontrados em seus respectivos *websites*, onde contém materiais com transparência de dados, relativos a todas as atividades realizadas a cada ano, sendo o foco para o estudo. Os relatórios anuais dessas organizações e movimentos suprapartidários contribuíram para o estudo a partir da compreensão e da análise de seus projetos para a educação básica, assim como da atuação e influência dos APHs empresariais no rearranjo da agenda educacional do Brasil.

O terceiro aspecto se refere aos modos de produção, que para Marx (TRIVIÑOS, 1987) se dá pela forma que o sistema produtivo está organizado para a geração de bens materiais e lucro. Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, aborda o materialismo histórico, buscando compreender a humanidade e a sua estrutura a partir das óticas sociais, políticas e econômicas. O materialismo histórico defende a ideia de que a história da humanidade é baseada nas formações socioeconômicas, nas relações de produção e no conflito entre classes, contrapondo-se às concepções idealistas hegelianas no que se trata da sociedade. Além disso, foram utilizados também os artigos de David Harvey, o livro *Americanismo e Fordismo* de Gramsci e demais obras para caracterizar o capitalismo contemporâneo, o fenômeno da globalização, assim como o modo de vida e as relações de trabalho na sociedade neoliberal.

4. OS NOVOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA DO CAPITAL E A REDEFINIÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-EDUCACIONAL NO BRASIL ENTRE OS ANOS 1990 E 2000

Na virada dos anos de 1970 para os de 1980, o Brasil viveu uma gama de transformações importantes. Devido ao segundo choque do Petróleo, em 1979, e a resposta dos Estados Unidos a ele, com o choque de juros implementado pelo seu Banco Central, os países em desenvolvimento, o Brasil inclusive, viram suas dívidas externas aumentarem vertiginosamente. A crise da dívida externa impulsionou ainda mais as pressões inflacionárias que vinham se acumulando desde meados dos anos de 1970, o que contribuiu para rachar a base de apoio da ditadura civil-militar, sobretudo o apoio dado a ela pela burguesia industrial.

Com o enfraquecimento do projeto nacional-desenvolvimentista liderado pelos militares, que preconizava a transformação do país numa potência industrializada de primeira ordem, as forças políticas de oposição, que vinham se fortalecendo desde 1974, se aglutinaram e formaram um processo de transição negociada para o regime democrático.

Foi no bojo deste processo de transição que se deu a renovação da sociedade civil no Brasil. A sociedade civil, entendida por Gramsci como espaço de confronto entre as diferentes forças hegemônicas, é formada por Aparelhos Privados de Hegemonia. Se, por um lado, as forças populares se engajaram na conformação de seus APHs, visando, principalmente, a reivindicação de direitos, por outro lado, em resposta a intensificação da luta de classes, a burguesia passou a disputar os rumos do Estado ampliado, isto é, o Estado em sua dimensão mais ampla, que corresponde ao conjunto dos aparelhos governamentais e da sociedade civil, na medida em que também buscou ampliar e diversificar sua rede APHs.

Na esteira da instauração do primeiro mandato de um presidente civil, José Sarney, e da Assembleia Constituinte, as disputas em torno da configuração e dos rumos do Estado ampliado se intensificaram. Apesar das vitórias conquistadas pelos setores populares, inscritas na Carta de 1988 – vitórias essas que contaram com ampla participação dos APHs dos trabalhadores e das classes subalternas, como os sindicatos, os partidos, as associações ligadas ao movimento sanitaria e de professores do ensino público, etc – a crise econômica brasileira se agravou e levou à derrocada da coalizão nacional-desenvolvimentista até então hegemônica no país e abriu espaço para a conformação de uma nova coalizão de classes dominante: a coalizão neoliberal.

O neoliberalismo, filosofia política assentada no pensamento da economia neoclássica¹⁹, configurou-se enquanto um movimento político no pós-guerra e consolidou-se enquanto uma agenda político-econômica reacionária nos anos de 1970 e 1980. As reformas neoliberais, que os países desenvolvidos, como os EUA, por meio do Banco Mundial e do FMI, começaram a impor aos países em desenvolvimento então endividados, visaram transformar o Estado em um agente promotor da abertura de novas oportunidades de acumulação para o capital, às expensas da classe trabalhadora, cujos salários e direitos foram, crescentemente, reduzidos.

¹⁹A economia neoclássica surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX a partir de um grupo de economistas da Europa que carregavam consigo ideias de pensadores liberais (John Stuart Mill, Adam Smith e David Ricardo). Tendo como pioneiros os economistas Carl Menger, León Walras e William Stanley Jevons, essa corrente demonstra os fenômenos da economia a partir dos mecanismos da procura e da oferta.

Logo, no final dos anos de 1980, em resposta ao agravamento da crise inflacionária, às condições impostas pelos EUA para a renegociação da dívida externa e em contraposição ao pacto social-democrata promulgado pela Constituição de 1988, frações da burguesia brasileira aderiram definitivamente ao paradigma neoliberal de desenvolvimento capitalista. Desde então, a batalha travada por essas frações em prol da consolidação da hegemonia neoliberal deu-se, em grande medida, no campo da sociedade civil, através de seus APHs. Como afirmou Fontes (2010), nesse período, a burguesia demonstrou enorme capacidade de reconfigurar, ampliar e expandir o escopo de atuação de seus APHs e, com isso, reconstruir sua hegemonia.

Especificamente no período pós-1988, os APHs empresariais de natureza “filantrópica” se expandiram consideravelmente, financiando iniciativas populares e determinando intervenções políticas supostamente “apartidárias”, visto que defendem que somente a atividade estatal não é o suficiente para resolver todas as questões sociais do país. Neves (2011) explica que os APHs da burguesia passaram a atuar não só no campo da representação sindical, mas também em iniciativas voltadas a intervir em diversas questões sociais. Para tanto, investiram na formação de lideranças empresariais, se engajaram em arenas decisórias de diferentes políticas públicas e buscaram aumentar suas influências no campo acadêmico. Tal ampliação do escopo teve como principal finalidade promover a mercantilização de serviços até então promovidos pelo Estado e incutir a lógica gerencial privada na elaboração e execução de políticas públicas, com grande ênfase na política de educação.

Neves (2011), para compreender essa nova forma de atuação da burguesia, entendida por ela como a nova Pedagogia da Hegemonia, debruçou-se sobre o conceito de sociedade civil. O ponto de partida de sua análise foi a notória diferença entre o que se entendia por sociedade civil nos anos 80 e o conceito de sociedade civil proposto por organismos internacionais nos anos de 1990 e 2000. Durante os anos de governo militar, era comum referir-se à sociedade civil como “espaço de transformação” e “reino do bem”, enquanto o governo era definido como “instância conservadora” e “reino do mal”. O aparato estatal e a sociedade civil eram definidos assim porque naquele período a democracia era dividida em representativa (burguesa) e direta (transformadora e proletária). Contudo, o entendimento da sociedade civil como “espaço de conservação e transformação” e do Estado como “uma condensação de relações de forças entre classes” foi superado com a transição democrática. Na metade dos anos 1990, o Estado brasileiro tornou-se ampliado – por meio da união entre sociedade política e sociedade civil – e através das iniciativas de consentimento por parte da

burguesia brasileira, surgiu o que a professora chama de “Nova Pedagogia da Hegemonia”. Para ser classe dirigente, a classe dominante precisa de hegemonia, que é a capacidade de criar consenso para que as classes subalternas não só aceitem a ordem vigente como a entendam como legítima.

Se a hegemonia é um elemento fundamental para construir e legitimar a ordem vigente, é necessária uma pedagogia para submeter a todos às suas premissas. A Pedagogia da Hegemonia perpassa, portanto, por educar as pessoas para que acreditem nos valores e interesses das classes e frações de classe dominantes, processo no qual os APHs da burguesia têm um papel central. Sendo o termo derivado da afirmação gramsciana de que “toda hegemonia é pedagógica”, sua noção remete ao projeto político de desarticulação das organizações de classes trabalhadoras e de fortalecimento do poder hegemônico por meio da cultura de uma classe específica. Logo, os APHs exercem domínio e direção a partir da difusão de valores neoliberais, o que se dá pelo controle financeiro e ideológico dos meios de comunicação e da formação de intelectuais orgânicos, com claros efeitos sobre as políticas públicas. Estas, tanto por meio de amplos processos de privatização dos serviços públicos quanto através das parcerias público-privadas, são reconfiguradas de modo a abrir espaço para a acumulação de capital e legitimar comportamentos individualistas, que compreendem o consumo e o empreendedorismo como os únicos e mais valorosos meios de libertação social.

Na segunda metade dos anos de 1990, devido aos crescentes fracassos das reformas neoliberais de primeira geração, que, à época, desencadearam o crescimento da pobreza e crises financeiras em diversos países, houve a ascensão de governos²⁰, como o de FHC no Brasil, de Clinton nos EUA e de Tony Blair na Inglaterra, que buscavam a construção de uma “Terceira Via” para o desenvolvimento capitalista. Tais governos se diziam contra a tradição estatista do socialismo real e o fundamentalismo de mercado das experiências neoliberais dos anos de 1980. No cerne desta terceira via, estava a ideia de promoção do bem-estar social e

²⁰Com o progresso do neoliberalismo pelo mundo na década de 1970, foram introduzidos nos Estados a flexibilidade dos mercados, desregulação das operações financeiras e privatização de empresas estatais de forma a garantir o crescimento econômico, aumentar a produtividade e reduzir a intervenção do Estado para o funcionamento do livre mercado. Os Estados Unidos e o Reino Unido são uns dos grandes exemplos de governos neoliberais e apesar da queda da inflação, ambos os países enfrentaram problemas após a implementação das reformas neoliberais, pois com os cortes de programas sociais e de despesas de infraestrutura a desigualdade de renda tornou-se crescente, assim como as taxas de desemprego aumentaram e qualidade de vida das pessoas diminuiu. As reformas neoliberais, portanto, não entregaram os bons resultados econômicos que haviam prometido nos anos 1980. (HARVEY, David. Desenvolvimentos geográficos desiguais. In: HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 2005. cap. 4).

econômico a partir da construção de uma sociedade civil ativa, nos moldes da tradição cívica anglo-saxônica. Para tanto, no poder, Clinton, Blair e FHC promoveram a expansão do chamado “terceiro setor”, um conjunto de organizações sociais cujo objetivo era a execução de políticas públicas até então implementadas por órgãos estatais (DUARTE, 2013).

É fato que a descentralização foi uma demanda da sociedade civil nos anos de 1980, na tentativa de melhorar a interação entre Estado e sociedade, descentralização esta que se inscreveu na Constituição Federal de 1988. Entretanto, ocorreu uma confluência perversa, como destacado por Evelina Dagnino (2018). A descentralização, que era fruto de uma demanda por democratização do Estado, se deu *pari passu* à difusão do neoliberalismo no país e sua busca por enfraquecer os governos centrais ao delegar funções do Estado à ONGs, ao setor privado e aos governos municipais. Então, havia duas forças que atuavam em prol da descentralização: as demandas populares inscritas na CF de 1988, que tinham um viés social-democrata, e as reformas neoliberais, que buscavam uma atomização do poder. Daí então surge a disputa entre projetos políticos distintos, cada um dando, pela força do discurso, um significado próprio a conceitos como “participação, sociedade civil, cidadania, democracia” (2018, p. 682, tradução nossa²¹), deslocando o sentido destes de acordo com o momento e as circunstâncias.

Mais precisamente, ao longo do governo FHC, o modelo de sociedade ativa de viés neoliberal se chocou diretamente com a tradição movimentalista e contestatória que havia se formado entre as APHs de classes subalternas nos anos de 1980. Embora, como destacou Dagnino, ambos os modelos mantivessem forte crença no poder transformador da sociedade civil, as ONGs que atuavam dentro da lógica de terceiro setor contribuíam para conformar uma sociedade civil apta a aceitar as condições socioeconômicas impostas pelas reformas neoliberais, algo que se refletia em sua ênfase em tratar as questões sociais como mero problema de gestão. Dois fatores fundamentais para a legitimação destas ONGs, em detrimento das de caráter mais contestador, foram a adaptação da estrutura jurídica do Estado brasileiro para promover o envolvimento dessas organizações na execução de políticas e a crescente formação de APHs da burguesia voltados a atuar no terceiro setor, promovendo a aplicação de técnicas de gestão empresarial e financiando projetos sociais.

No que tange às adaptações jurídicas, estas se deram, sobretudo, no âmbito da reforma gerencial do Estado. Iniciada no governo de FHC, a partir da criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), esta reforma buscou descentralizar

²¹ No original: participación, sociedad civil, ciudadanía, democracia.

certas funções públicas e reduzir o papel do Estado na execução de políticas públicas. Para tanto, o ex-ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser-Pereira, por meio do PDRAE, realizou um diagnóstico acerca da administração pública brasileira, no qual as atividades do governo foram divididas em: estratégias, exclusivas, não exclusivas (porque também providas pelo setor privado) e produtivas. As atividades não exclusivas, que abarcam os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica, deveriam contar com a participação de organizações não-governamentais, no plano chamadas de Organizações Sociais (OS), tanto na sua formulação quanto na sua execução. Logo, o Estado continuaria financiando e regulando esses serviços, mas as OS passariam a executá-lo, seguindo o modelo gerencialista britânico²². Segundo o plano de reforma, essas medidas aumentariam a eficiência dos serviços públicos e o caráter republicano do Estado brasileiro:

Além de ter como objetivo direto tornar o aparelho do Estado mais eficiente, a reforma gerencial de 1995 está voltada para uma maior afirmação da cidadania. Através dela, se busca defender os direitos republicanos, ou seja, o direito que cada cidadão possui de que o patrimônio público seja utilizado de forma pública. Busca-se ter um Estado ao mesmo tempo mais forte, mais capaz de fazer valer a lei e mais democrático, mais bem controlado pela sociedade. Através da adoção de formas modernas de gestão será possível atender de forma democrática e eficiente às demandas da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 23-24).

Apesar de ter contribuído para capacitar os profissionais do Estado e para promover inovações nos processos de gestão de política, com a expansão das OS, as políticas sociais atrelaram-se à lógica mercantil. Silva et al. (2015) dizem que as OS foram criadas e formatadas ao modelo privado, dado que funcionam mais como empresas do que como organizações voltadas ao interesse público, como dita a CF, principalmente no que diz respeito aos atributos da universalidade e do igualitarismo. Ademais, em grande medida, a propalada dinâmica de participação social não se institucionalizou com essas organizações, já que elas não têm promovido mecanismos de controle social capazes de tornar a gestão dos serviços mais responsiva aos interesses dos cidadãos.

As OS não se expandiram no campo da educação. Entretanto, isso não livrou esta política de se tornar uma fronteira de acumulação. Desde o início dos anos de 1990, como destacaram Costola e Borghi (2018), o empresariado almeja uma nova estruturação do sistema

²²Como Bresser-Pereira (2002, p. 30) diz, “O enfoque gerencial sobre a administração pública emergiu com vigor na Grã-Bretanha e nos EUA depois de Governos conservadores terem assumido o poder em 1979 (Governo Thatcher) e em 1980 (Governo Reagan)”. O modelo gerencialista do Reino Unido tinha como características o serviço público descentralizado, eficiente e voltado para os cidadãos.

educacional brasileiro a partir do aprimoramento da gestão, da padronização de métodos avaliativos e da reformulação do currículo. Com isso, o setor empresarial se coloca em posição de agente para modificar a agenda de políticas educacionais e configurar o setor educacional como um campo alinhado às necessidades do mercado, com ênfase no aumento da produtividade.

Oliveira (2003) menciona, em seu estudo sobre o empresariado na educação brasileira, o documento *Educação fundamental & competitividade empresarial: uma proposta para a ação do governo*, lançado pelo do Instituto Herbert Levy (IHL)²³, ainda em 1992, que expressava críticas negativas ao ensino fundamental. O instituto comparou o desempenho dos alunos brasileiros ao dos alunos de países desenvolvidos, destacando os problemas relacionados ao financiamento e à qualidade, além de criticar a falta de comprometimento do Estado com o que está acordado na Constituição Federal referente ao financiamento. Outros pontos discutidos pelo instituto foram os principais problemas da qualidade do ensino fundamental, como o desempenho escolar, o índice de reprovação e os resultados negativos de aprendizagem. Dito isto, o estudo propõe ao governo o controle e a aferição de qualidade do processo educativo, como é aplicado em países de Primeiro Mundo:

- 1) O governo federal implementa diretamente um sistema nacional e permanente de controle de qualidade dos resultados do sistema escolar.
- 2) O governo federal, em colaboração com o Senac e o Senai, avalie, através de testes padronizados, e de maneira sistemática, o alcance dos objetivos considerados como competências básicas para operar em uma sociedade industrialmente moderna e competitiva. (IHL, 1992, p. 9 apud OLIVEIRA, R. 2003, p. 50).

Para os empresários, é imprescindível que o sistema educacional seja moldado com base em uma lógica meritocrática e competitiva, atribuindo à escola o dever de preparar os alunos para o mercado de trabalho, já que a educação é vista para o capital como “um instrumento subordinado ao desempenho econômico dos indivíduos e da sociedade” (OLIVEIRA, R. 2003, p. 52). Na perspectiva gramsciana, a gestão empresarial é uma cultura que pertence ao grupo dominante, que tenta impô-la ao todo da sociedade via Estado e educação. O grupo dominante exerce a hegemonia sobre as classes subalternas por meio da totalidade cultural e o interesse da classe dominante não é apenas difundido pela sociedade, como também é aceito como interesse geral, resultando em consenso “espontâneo” pelas grandes massas (GRAMSCI, 1999). O campo da educação, em vista disso, deve refletir os

²³ INSTITUTO HERBERT LEVY (IHL), (1992). *Educação fundamental & competitividade empresarial: uma proposta para a ação do governo*. São Paulo: IHL

preceitos da gestão empresarial, conformando um ambiente escolar que não produz mais cidadãos, mas sim, que prepara os alunos para serem individualistas e competitivos entre si.

Conforme Oliveira (2003), a Confederação Nacional da Indústria, um dos mais antigos APHs da burguesia industrial brasileira²⁴, publicou o documento *Educação básica e formação profissional: a visão dos empresários*, em 1993. Nele, os industriais retratavam a educação como processo de formação de indivíduos com autonomia e capacidade de intervirem ativamente nas questões internas da sociedade, como na redefinição de políticas educacionais, convocando diversos setores da sociedade civil para tornar a estrutura de ensino e o processo educativo mais produtivo e eficiente. O que se viu na prática, contudo, foi um interesse cada vez maior do empresariado em utilizar o sistema educacional não necessariamente como um meio para mudar a realidade social e reduzir as injustiças, tornando o direito à educação mais amplo, mas tornando esta atividade mais uma frente de expansão de negócios e como terreno para a consolidação da hegemonia da cultura empresarial.

Problemas da educação brasileira, como altos índices de abandono escolar e baixa qualidade de ensino e aprendizagem trazem preocupações para a sociedade, o que torna a educação um espaço de disputa entre organizações da sociedade civil, que, ao se debruçar sobre essa questão, disputam a possibilidade de dirigir os rumos da educação pública no país (MARTINS e KRAWCZYK, 2018).

A partir de meados dos anos de 1990, o Instituto Ayrton Senna e o movimento Todos pela Educação, duas APHs que contam com a liderança de frações empresariais e que deram início às suas atividades respectivamente nos anos de 1994 e 2006, passaram a se destacar na disputa pela hegemonia na educação. Essas organizações operam em conjunto com os governos procurando otimizar projetos e políticas públicas a fim de determinar os rumos da gestão da educação básica e o conteúdo dos currículos.

4.1. INSTITUTO AYRTON SENNA

Surgindo em 1994, o Instituto Ayrton Senna foi idealizado pelo piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna e pela sua irmã Viviane. O Instituto afirma que seu objetivo é oferecer às crianças e aos jovens brasileiros oportunidades de desenvolverem suas habilidades e alcançarem seus sonhos, a exemplo de projetos voltados para a prática esportiva,

²⁴ A Confederação Nacional da Indústria é a instituição representante do setor industrial brasileiro que defende e promove políticas públicas de produção industrial e empreendedorismo

protagonismo juvenil e alfabetização²⁵. Desde que foi criado, a organização se dedica a produção de conhecimento e projetos educacionais pautados pela concepção de inovação e focados na educação integral. Por seus trabalhos, a organização não governamental recebeu o título de Cátedra UNESCO de Educação e Desenvolvimento Humano, em 2004, e foi convidada em 2012 para integrar no grupo de organizações parceiras da OCDE (INSTITUTO AYRTON SENNA, [s.d]). Entre alguns de seus parceiros estão o Banco Itaú, Lenovo, Conexia Educação, McDonald 's e Boeing²⁶.

O IAS, acompanhando as premissas da Reforma do Estado, reafirma que a visão gerencialista do setor privado deve ser implementada no setor público para melhorar a qualidade de educação:

Mudar a forma de pensar e agir no ambiente do poder público não é algo simples, mas tem sido possível graças a um trabalho transparente e colaborativo. Diante das dimensões territoriais, disparidades e carências de um país tão multifacetado quanto o nosso, é crucial identificar e promover novos desafios comuns, correspondentes aos anseios mais legítimos da sociedade. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2013, p.6).

Aqui, se coloca ideia de que se o governo for transparente, ou seja, fornecer informações adequadas à sociedade e for aberto a parcerias com a sociedade civil e o chamado terceiro setor, do qual o IAS faz parte, a gestão pública, que tende ao imobilismo, poderá encontrar soluções para os problemas do país. Logo, as disparidades do país nunca são fruto de problemas de economia política, de acesso desigual aos recursos políticos e econômicos, o que inclusive acarreta no subfinanciamento da educação pública. As soluções resumem-se ao aumento da capacidade de gestão do Estado.

As mudanças que ocorreram no cenário mundial refletem tanto na redefinição do papel do Estado, como na decisão de políticas públicas nacionais e na relação do Estado com a sociedade. Aliando-se aos governos locais, o instituto visa não apenas elevar a qualidade da educação básica, mas moldá-la conforme os ideais da administração privada, dando ênfase aos indicadores de desempenho, aos resultados imediatos, e principalmente à formação de mão de obra:

Desde o início da nossa atuação, quando o Brasil ainda estava distante de estabelecer metas para a qualidade da educação, já adotávamos estratégias de intervenção

²⁵ INSTITUTO AYRTON SENNA. Como Atuamos | Instituto Ayrton Senna. [S. l.]: Instituto Ayrton Senna, [s.d]. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/como-atuamos.html#Iniciativas>. Acesso em: 29 maio 2022.

²⁶ INSTITUTO AYRTON SENNA. Relatório Anual 2020. [S.l.]

baseadas na definição de metas, gestão de processos, formação de profissionais e acompanhamento de resultados para qualificar a aprendizagem dos alunos e prepará-los para os desafios da escola e da vida. Os resultados das nossas ações revelam que fomos bem-sucedidos na tarefa de transformar novos conhecimentos em melhores formas de ensinar e conduzir a gestão educacional. (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2014, p. 3).

Mirando à correção do fluxo escolar em redes públicas de ensino, o Programa Acelera Brasil foi fundado em 1997. Essa iniciativa busca recuperar a aprendizagem de estudantes entre o 3º e 5º ano do Ensino Fundamental para acelerar até, no mínimo, dois anos escolares e contou com o apoio do Governo Federal para o seu financiamento através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras.

Em 2001, o programa Se Liga foi criado a fim de realizar a alfabetização plena de alunos do Ensino Fundamental que não sabem ler e escrever, bem como tratar a defasagem idade-série²⁷. Por meio dessa iniciativa, o IAS promove o reforço escolar de língua portuguesa, voltado para leitura e escrita, de matemática e o desenvolvimento das competências socioemocionais. É necessário atentarmos para as características deste último conjunto de conteúdos. Segundo a OCDE, as competências socioemocionais se referem às:

Capacidades individuais que podem ser manifestadas com um padrão consistente de pensamentos, sentimentos e comportamentos, desenvolvidas por meio de experiências de aprendizagem formais e informais; e importantes impulsionadoras de resultados socioeconômicos ao longo da vida do indivíduo. (OCDE, 2015, p. 35 apud GOULART e ALENCAR, 2021, p. 349).

A aprendizagem de competências socioemocionais têm como base, como diz Scherer et al (2020), a “pedagogia do sucesso”, pois são iniciativas voltadas para a obtenção de êxitos. Essa pedagogia se baseia na ideia de uma disciplina que monitora as emoções, de uma formação de alunos que se adequem às necessidades dos “novos tempos”, bem como busca desenhar um novo modo de vida, apto ao capitalismo pós-fordista, no qual os vínculos trabalhistas estão cada vez mais frouxos, inseguros, e o empreendedorismo, enquanto busca do empresariamento de si, é louvado. A autora fala que, com esse modelo de gerenciamento, o fracasso escolar é associado à incompetência dos docentes, por isso que agentes técnicos têm o controle sobre o processo pedagógico, diminuindo a autonomia em sala de aula dos professores, bem como o papel intelectual deles é desvalorizado e fatores como infraestrutura,

²⁷ INSTITUTO AYRTON SENNA. Se Liga – Instituto Ayrton Senna. [S. l.]: Instituto Ayrton Senna, [s.d]. Disponível em: <https://institutoayrtonenna.org.br/pt-br/como-atuamos/se-liga.html>. Acesso em: 19 jul. 2022.

situações socioeconômicas dos estudantes, equipamentos didáticos e pedagógicos e políticas educacionais já existentes são subtraídos do debate de melhoria da qualidade de ensino.

Logo, o IAS, enquanto um APH da burguesia, objetiva influenciar os conteúdos curriculares da educação básica, de forma a racionalizar os saberes escolares e conteúdos científicos, para que os alunos desenvolvam as competências necessárias e requisitadas pelo mercado de trabalho pós-fordista, um mercado que, segundo Harvey (1992), engloba a volatilidade, o enfraquecimento do sindicatos e da grande quantidade de mão de obra, a subcontratação e regimes de trabalho flexíveis para suprir as necessidades específicas das empresas.

Viviane Senna, durante o evento *Movimento Inova* de 2019, demonstra sua intenção de subordinar a educação a um projeto de formação de indivíduos aptos ao mercado de trabalho quando expressa que os estudantes irão trabalhar em empregos que sequer existem:

O conhecimento, sozinho, ele não dá mais conta, que essa criança, que esse jovem vai ter que aprender. Então ele precisa de ter as competências necessárias cognitivas para continuar aprendendo sim, mas não é só isso, ele pode até ter essas competências, mas se ele não tiver essa abertura, ele não vai se dispor a aprender. Então, gente, é necessário outro tipo de habilidade que não é a habilidade simples de natureza cognitiva que a gente tem atualmente sendo desenvolvida, ela não dá conta. Por exemplo, hoje, 60% dos alunos que estão sentados nas salas de aula vão trabalhar em empregos que não existem. Não existem ainda. 60% dos que estão hoje. Como é que você vai preparar esse aluno para um emprego que você nem sabe que existe, que forma ele vai ter? Não dá para você preparar do mesmo jeito. Eles vão precisar de habilidades como abertura, criatividade, flexibilidade, capacidade de adaptar a mudanças cada vez em volume maior. (MOVIMENTO INOVA – PALESTRA “COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS”, 2019).

A escola passa a ser um espaço de formação de indivíduos para viverem na insegurança, numa economia que tem poucos empregos formais. Portanto, eles têm que ser moldados para acumular competências e ter empregabilidade. Essa escola é a responsável por gerar empregabilidade e, dessa forma, desenvolve as competências socioemocionais e habilidades adequadas ao mercado de trabalho, demonstrando que a instituição de ensino não é crítica e não visa atuar no mundo porque é moldada ao sabor da dinâmica pós-fordista.

Essa tendência é inspirada em documentos da OCDE e da União Europeia, que incentivam o aumento da produtividade e a formação de alunos autocapacitados, que compõem um novo tipo de trabalhador, um “sujeito econômico ativo”. Além de promoverem as ferramentas para a construção desse modelo padronizado de educação, essas organizações difundem também o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), teste

igualmente padronizado que mede o sucesso na formação dos futuros trabalhadores (GOULART e ALENCAR, 2021). A OCDE coordena o PISA com o objetivo de monitorar os sistemas de ensino dos países membros e de economias parceiras, avaliando as áreas de leitura, matemática e ciências. Os resultados são analisados por especialistas da OCDE e comparados com outros países para que, dessa forma, os países subalternos possam revisar os seus sistemas educacionais e elaborar políticas que sejam alinhadas às diretrizes da organização. A educação, portanto, se resume a uma variável na corrida interestatal para o desenvolvimento econômico e, nisso, se conforma uma pedagogia para o consenso, para o conformismo, um modelo único de educação burguesa.

4.2. MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO

Fundado em 2006, o movimento Todos pela Educação compõe uma rede não governamental de pessoas e instituições privadas – tais como a Fundação Lemann, Fundação Bradesco, PATRI e Instituto ACP, como organizações mantenedoras e apoiadoras²⁸ – que afirmam compartilhar o objetivo de melhorar a educação básica brasileira. Mantém-se financeiramente com doações de pessoas físicas e jurídicas e recebe apoio técnico de especialistas da gestão pública/educacional, acadêmicos e profissionais da educação para construir suas propostas de melhoria da educação²⁹.

Uma das iniciativas do TPE é o Educação Que Dá Certo, que realiza análises de bons exemplos de políticas educacionais de redes de ensino municipais e estaduais para que dissemine o que essas redes têm de positivo para contribuir para a educação básica brasileira. Então, profissionais de políticas públicas coletam os principais elementos dessas experiências bem-sucedidas para que o restante do país aplique essas práticas que deram certo na educação e que também tragam resultados imediatos³⁰. Em seu discurso, o TPE afirma que a educação é direito de todos e por meio dela a igualdade de oportunidades será garantida para todos os cidadãos brasileiros, e que, ao investirmos em gente, teremos no futuro um país mais justo, próspero, mais desenvolvido e respeitado no cenário internacional. A partir disso, é visível a influência da teoria do capital humano no debate e nas iniciativas da educação, isto é, a ideia

²⁸ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Transparência - Todos Pela Educação. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/transparencia/>. Acesso em: 14 abr. 2022.

²⁹ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Quem Somos - Todos pela Educação. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

³⁰ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Educação Que Dá Certo - Todos Pela Educação. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/educacao-que-da-certo/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

de que o capital humano é mais produtivo à medida que sua qualidade também for maior. Motta (2008) explica que essa qualidade se dá pela intensidade de treinamento científico-tecnológico e gerencial adquirido por cada trabalhador e isso não apenas alavanca o seu desempenho individual, como é um fator fundamental para a geração de riqueza e o crescimento econômico do país. A educação tem efeito potencializador no trabalho, assim como consiste em um “mecanismo de redução da desigualdade econômica e social” (ibidem, p. 3), visto que proporciona o aumento da produtividade da força de trabalho, resultando tanto em melhores condições de vida do trabalhador, como no bem-estar social.

A ideia de investir no capital humano vem se moldando de acordo com a lógica do capitalismo. No sistema pós-fordista, de empregos escassos, produzir o capital humano é aprimorar as competências para a empregabilidade. Nos anos 1990, diante dos efeitos da globalização (o regime da acumulação flexível), bem como da reestruturação produtiva gerada pela intensificação dos avanços tecnológicos, ocorreu o deslocamento da “função econômica integradora” para a “função econômica de inserção” atribuída à escola, ou seja, se antes sua função era de integrar os alunos à vida produtiva por meio de uma educação fundada em valores de integração social, política e cultural, agora a escola tem o papel de “educar para o desemprego”.

A fim de atingir bom desempenho nos indicadores educacionais, o TPE propôs um conjunto de metas – 1) Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; 2) Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; 3) Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano; 4) Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos; 5) Investimento em educação ampliado e bem gerido³¹. Para Martins e Krawczyk (2018, p. 8), essas cinco metas “coincidem com o senso-comum, alcançando, não sem resistência, aparente hegemonia junto à sociedade”. O TPE utiliza, como estratégias para interferir nas políticas educacionais e formar a opinião pública, a formação de uma rede interorganizacional, bem como a mobilização social a partir da projeção midiática (de divulgação de indicadores educacionais e de experiências governamentais e de iniciativas privadas que obtiveram bons êxitos) e a rede latinoamericana Reduca – Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (que intenciona fortalecer a atuação de diversas organizações na reforma da educação pública da América Latina). Essa capacidade de articulação dos capitalistas deve-se ao fato de que eles transformam recursos financeiros em recursos políticos. Isso facilita o

³¹TODOS PELA EDUCAÇÃO. O que fazemos - Todos pela Educação. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/o-que-fazemos/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

acesso aos centros decisórios de diversas políticas públicas e, portanto, a construção da hegemonia. Dessa forma, tal hegemonia é exercida por forças sociais capazes de influenciar e mudar os rumos não somente da educação, como também nos campos econômicos, sociais e morais.

Devido à grande dimensão dos desafios na educação brasileira, o TPE acredita que somente as ações do governo não são o suficiente para solucioná-los. Em vista disso, diz que a participação da sociedade como um todo é essencial para promover “o salto de qualidade” da educação básica. Essa participação da sociedade civil se resume, em grande medida, na ocupação por membros de movimentos de forte viés empresarial, como o TPE, de cargos em órgãos no Estado ampliado, como no Conselho Nacional de Educação (CNE) e na União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)³² e no Estado restrito, como no Instituto Nacional de Pesquisas Nacionais (INEP)³³ e no Ministério da Educação³⁴.

O TPE tem alinhado suas metas com as do governo no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) através do Decreto nº 6094/2007, o “Plano de Metas de Compromisso Todos pela Educação”³⁵. O plano conjuga esforços dos Estados, Municípios, Distrito Federal e União em prol da melhoria da educação básica. Entre os apoiadores do movimento está o Grupo Lemann, um conglomerado de empresas de Jorge P. Lemann, que é fortemente envolvido no debate da educação e na disputa pelo poder hegemônico no campo de políticas públicas educacionais a partir do seu projeto de sociabilidade neoliberal, que é composta de trabalhadores que atuam como “empresários-de-si, prontos a concorrerem entre si no mercado, tornando possível a desvalorização da força de trabalho, a construção de novas fronteiras produtivas e a apropriação de novos espaços que passam a ser submetidos à mercantilização do “eu” (AMORIM, 2021, p. 8).

³² Mariza Vasques de Abreu, Cleuza Rodrigues Repulho e Maria do Pilar Lacerda fizeram parte da UNDIME, sendo que Cleuza e Maria foram presidentes da UNDIME.

³³ Os fundadores do TPE Francisco Cordão, Mozart Neves Ramos, Reynaldo Fernandes e José Francisco Soares fizeram parte do CNE, sendo que Reynaldo e José Francisco também foram presidentes do INEP, respectivamente, com os mandatos de 2005 e 2009 e 2014 e 2016.

³⁴ Fernando Haddad foi Ministro da Educação do Brasil entre os anos de 2005 e 2012.

³⁵ BRASIL, Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF, 24 de abril de 2007.

O TPE, no documento “Compromisso Todos Pela Educação”, estabelece 28 diretrizes organizadas em resultados de avaliação de qualidade e de desempenho escolar dos alunos:

I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir; [...]

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente; [...]

XVII - incorporar ao núcleo gestor da escola coordenadores pedagógicos que acompanhem as dificuldades enfrentadas pelo professor;

XVIII - fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola;

XIX - divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º;

XX - acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;

XXI - zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social;

XXII - promover a gestão participativa na rede de ensino; [...]

XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

XXVIII - organizar um comitê local do Compromisso, com representantes das associações de empresários, trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público, encarregado da mobilização da sociedade e do acompanhamento das metas de evolução do IDEB. (COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006).

Dentre as diretrizes, é visível a importância de avaliar e medir os desempenhos e esforços das redes de ensino, assim como das políticas públicas da área da educação e firmar parcerias externas para melhorar o ambiente escolar e as práticas pedagógicas, mesmo que de forma superficial. Há uma priorização da ideia de gestão, de gerencialismo, em detrimento de uma pedagogia no formato mais amplo e crítico. É possível perceber que a busca pela construção da hegemonia passa pelo consenso, já que o TPE defende uma série de conquistas da CF de 88, de busca de maior controle social e participação na educação. Mas, por outro

lado, estabelece uma racionalidade neoliberal, na medida em que reforça a ideia de superioridade da gestão privada em relação à gestão pública.

O TPE não só vende serviços às secretarias de educação, mas passa a condicionar a atuação do Estado à sua visão de mundo³⁶. A legitimação do papel do TPE advém do fato deste ter se tornado um elo entre o que se produz em termos de gestão de educação gerencialista no mundo e no Brasil e os governos das três esferas. O TPE, como o IAS, difunde técnicas de gestão e indicadores e busca ensinar ao Estado como ele deve atuar. É o terceiro setor, financiado pelo setor privado, que vai ensinar o Estado a gerir a educação. Dessa maneira, para que o TPE seja legítimo, são incorporadas certas demandas da sociedade (demandas históricas dos trabalhadores da educação, de participação social) em suas propostas, que não contestam o caráter da educação básica. A gestão se dá de forma participativa e a dominação está na ideia de que é o setor privado que sabe o que é melhor para a gestão pública.

Quanto às formas de privatização na educação, Peroni e Garcia (2020) apresentam um dossiê de diversas pesquisas que analisam esse processo e ressaltam que há variações do procedimento posto que, em países latino-americanos, foco de sua pesquisa, o empresariado adota diferentes dinâmicas para que suas ambições sobressaiam nas políticas sociais. O Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), que realiza estudos voltados para às políticas educacionais, com o foco na relação entre os setores público e privado no que tange ao gerenciamento, currículo, o financiamento da educação básica e as suas consequências para o direito à educação³⁷, considera que a privatização do ensino consiste em três dimensões: oferta educacional, currículo e gestão.

Segundo o GREPPE, a oferta educacional ocorre por “financiamento público da oferta privada, crescimento da própria oferta privada e programas que financiem a escolha parental” (ADRIÃO, 2018 apud PERONI E GARCIA, 2020, p. 3). Já a dimensão currículo trata de atores privados que disputam a oferta de insumos, como a comercialização e produção de tecnologias e outras plataformas nas instituições de ensino. Em relação à dimensão gestão educacional, as corporações transferem ao poder público arcabouços privados de gestão para que sejam implementadas nas instituições de ensino. Com essas três dimensões, as autoras falam que “a privatização na educação básica se configura cada vez mais pela ação articulada

³⁶ JUNIOR, Paulo Ghiraldelli. O Plano do heroísmo. [S. l.]: Revista Educação, 10 set. 2011. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2011/09/10/o-plano-do-heroismo/>. Acesso em: 22 jul. 2022.

³⁷ GRUPO DE ESTUDO E PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS. GREPPE. Campinas, SP, [s.d]. Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>. Acesso em: 13 abr. 2022.

de atores de base empresarial” (PERONI e GARCIA, 2020, p. 4). Os arranjos institucionais de Parceria Público-Privada, como no caso das iniciativas do IAS e do TPE, fazem parte da dinâmica de desestatização e legitimam os processos de privatização, em que as parcerias realizadas entre o Estado e a sociedade civil propõem um projeto em que as escolas continuam públicas, com o governo pagando os profissionais de ensino, mas o setor privado se responsabiliza por todo o conteúdo pedagógico e educativo, sendo concretizadas, portanto, pela reestruturação de políticas públicas educacionais. Essas parcerias têm sido possíveis em virtude dos movimentos empresariais que começaram a crescer pelo Brasil, influenciando na agenda pública e na formulação de políticas públicas educacionais.

Dentre os APHs da burguesia que atuam no campo da educação pública, aqueles ligados ao empresário Jorge Paulo Lemann se destacaram nas últimas décadas. Analisar a trajetória deste empresário e o seu projeto ético-político a partir do Grupo Lemann para a educação brasileira é o nosso objetivo nos capítulos seguintes.

5. O PROJETO DE JORGE PAULO LEMANN PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

O fenômeno da globalização tem trazido por todo o planeta efeitos diversos, sendo marcado principalmente pela intensificação da integração cultural, social e econômica. Esta última se deu, sobretudo, pela expansão e conexão de mercados financeiros internacionais. Neste contexto, não apenas as formas da educação, mas também os modos de vida dos cidadãos e de suas gerações futuras são remodelados. O debate da educação básica tem sido cada vez mais crucial e Milton Santos (1999) afirma que a educação deve atender tanto os interesses sociais (colaborando com o progresso e manutenção da cultura de cada nação), como os individuais (quando se promove a realização plena e um desenvolvimento contínuo das pessoas), para que assim os conteúdos de ensino e práticas pedagógicas sejam determinados, assim como seja estabelecida a relação entre escola e comunidade social.

Como a sociedade está sempre mudando, seus princípios fundamentais se renovam, assim como suas práticas educacionais vão sendo moldadas aos novos interesses e novas demandas, contudo, o aspecto social deve estar sempre evidenciado. Santos (1999) ainda diz que filósofos, pedagogos e indivíduos da sociedade política contribuíram para a construção dos pilares fundamentais do sistema educacional – o ensino universal, igualitário e progressista – para que o ensino seja acessível, gratuito, leigo e as escolas formem cidadãos integrais. Assim, a educação se baseia na noção de solidariedade social, que é desempenhada de forma coletiva.

A globalização neoliberal é um sistema cujo *modus operandi* se fundamenta, na prática, na competitividade desleal, no individualismo e no egoísmo, deixando de lado noções clássicas como democracia, república e cidadania. O projeto educacional elaborado nas últimas décadas carrega consigo essas lógicas perversas, além de desprezar o saber filosófico, visto como “desnecessário” ou “residual”, em favor do saber prático que sintetiza a educação em um “processo de treinamento” para o mundo do trabalho. No Brasil, esse modelo de educação treinamento vem sendo defendido pelos APHs empresariais do campo educacional, e um exemplo disso é a discussão da implementação do Novo Ensino Médio. Embora os APHs empresariais se mobilizem com o discurso em prol da educação básica de qualidade, essas organizações, em suas propostas, objetivam tornar os alunos indivíduos aptos para um mercado de trabalho que oferta poucos empregos de qualidade e o restante deve se contentar com a formação de competências para a empregabilidade. Esse modelo de educação atende às necessidades das empresas pós-fordistas. Desafiadas por um processo de competição intenso, que exige contínua redução de custos, tais empresas conformam estruturas produtivas flexíveis, por meio da desregulamentação das relações de trabalho e de inovações tecnológicas e organizacionais disruptivas. Para tanto, elas almejam pessoas capazes de se adaptar a este modelo de trabalho, no qual a competição e a insegurança, advinda de contratos de trabalho com poucas garantias e mal remunerados, condicionam os modos de vida dos trabalhadores.

As empresas do Grupo Lemann e o próprio Lemann são fruto deste novo regime de acumulação flexível. Para compreender Jorge Paulo Lemann, um empresário pós-fordista, e o tipo de capitalismo filantrópico produzido pelo Grupo Lemann, é preciso entender o processo de transição do regime de acumulação fordista para o pós-fordismo.

Sob a liderança do empresário Henry Ford, o modelo fordista surgiu em 1914 e marcou a indústria automobilística pela produção em série de automóveis, a automatização do processo industrial, a padronização e o barateamento dos produtos. O outro grande legado do fordismo se refere à transformação da estrutura organizacional, mais precisamente, à divisão do trabalho e à especialização dos operários conforme suas respectivas funções. Ford acreditava na construção de um tipo de sociedade baseado na aplicação da disciplina adequada à corporação para que o trabalhador cumprisse com as necessidades e metas na operação da linha de montagem, assim como também era ciente da importância da renda e do tempo para o lazer, tendo em vista maior produtividade do trabalhador no meio corporativo, incentivando uma cadeia produtiva e consumidora. Para que esse novo tipo de sociedade se efetivasse, os gerentes buscaram intervir nas vidas privadas de seus trabalhadores a fim de

adequar suas práticas individuais e coletivas à produção em série. Dessa forma, o fordismo criou, reunindo o consenso (consumo e lazer) e a força (repressão a práticas como diversões noturnas e consumo de bebidas alcóolicas), uma ideia de trabalhador ideal.

Por muitas décadas, o sistema fordista se manteve estável. Tanto os esforços tomados por parte de corporações, instituições e dos Estados para conter as crises do capitalismo após a Grande Depressão de 1929, assim como as guerras mundiais consolidaram o planejamento em larga escala e a racionalização do processo de trabalho. De acordo com Gramsci (2008, p. 29), o fordismo vem da necessidade de “compor a organização de uma economia programática e que os vários problemas examinados deverão ser os elos da corrente que assinalam justamente a passagem do velho individualismo econômico à economia programática”.

O crescimento econômico após a Segunda Guerra foi impulsionado pela produção de veículos (tais como carros e navios), equipamentos de transporte, eletrodomésticos, dando origem a grandes pólos da economia mundial nos Estados Unidos, Reino Unido e Japão. A reconstrução de nações economicamente devastadas pela guerra e a expansão geográfica das redes de transporte e comunicações também foram importantes para alavancar a economia mundial. O crescimento do sistema capitalista se deu através da combinação de um conjunto de políticas públicas no campo da macroeconomia keynesiana, voltada para a gestão da demanda efetiva, como também, no campo das políticas sociais, do avanço nos países do norte do Estado de bem-estar social. Este, importa afirmar, que era bastante funcional à macroeconomia keynesiana e à produção fordista, uma vez que os direitos trabalhistas, como o seguro desemprego; os serviços sociais, como a educação, a previdência e a assistência médica; e a melhoria dos salários contribuíam para garantir demanda efetiva, assim como para capacitar os trabalhadores. No campo do setor privado, a partir da década de 1930, houve inovações organizacionais com a expansão do fordismo, o que foi fundamental para expandir os ganhos de escala (aumentar a produtividade, reduzindo o custo por unidade produzida). O fordismo foi o fator fundamental para a expansão do capitalismo no pós-guerra (HARVEY, 1992).

A partir de meados dos anos 1960, o mundo produtivo apresentava uma série de transformações que geraram a necessidade de formulação de um novo modo de vida – a sociedade globalizada, a flexibilização do capital, o conjunto de avanços tecnológicos e o fortalecimento de sindicatos trabalhistas influenciaram no desmonte do sistema fordista, que já não era mais viável para o objetivo central do capitalismo, que é a acumulação de capital. No fordismo, as relações entre capital e trabalho ficaram extremamente equilibradas,

principalmente nos países do Hemisfério Norte, resultando, portanto, na queda das taxas de lucro. Os custos de produção se elevaram e, assim, os trabalhadores começaram a disputar com os capitalistas os frutos do sistema, pressionando por melhores salários, o que gerava pressões sobre as taxas de lucro. Apesar do enfraquecimento do sistema fordista, os capitalistas encontraram uma saída a partir das inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e transporte, que tornaram o mundo globalizado. Então, quando começa a se espalhar e permitir que as empresas se tornem flexíveis, o novo modelo de gestão empresarial substitui a produção em massa pelas operações flexíveis de produção e acumulação.

As corporações adaptaram seus modos de produção conforme às variações da demanda pela dispersão geográfica, a busca de nichos de mercado e a flexibilidade do trabalho organizado, do processo de produção dos padrões de consumo. A acumulação flexível é “marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo”, como Harvey descreve (1992, p. 140). O autor ainda traz características como o surgimento de novos setores de produção, de novos mercados e as grandes inovações tecnológicas, comerciais e organizacionais:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (*ibidem*).

Nesse sentido, o trabalho nos moldes do fordismo foi substituído por um sistema onde a acumulação flexível passou a vigorar por toda parte e cujas características visíveis são os altos índices de desemprego, devido em parte à ênfase na substituição do trabalho por novas tecnologias, queda nos níveis salariais nas atividades menos intelectuais e o enfraquecimento do poder sindical, este que havia proporcionado muitas vitórias para a classe trabalhadora de então.

A crise de superprodução dos anos 1970 favoreceu a consolidação da agenda de políticas públicas neoliberais voltada a recuperar as taxas de lucro, que se tornaram decrescentes ao longo dos anos de 1970. Governos como o de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, no Reino Unido, buscaram implementar essa agenda de políticas – que preconizava a liberalização comercial, a desregulamentação dos mercados financeiros e das relações de trabalho, os cortes de gastos sociais e as privatizações de empresas públicas – conformando um reposicionamento do Estado capaz de garantir a transição do fordismo para um regime de acumulação flexível. Mais precisamente, como

destaca Harvey (1992), foi o individualismo exacerbado, inerente à lógica dos novos arranjos de política, a condição necessária para esta transição. Deste individualismo radical derivou-se a cultura do empreendedorismo, enquanto o motor da transformação social e a figura do empreendedor como a representação social do sucesso. As políticas neoliberais fortalecem a importância do individualismo, da iniciativa privada e da “guerra” de todos contra todos. Neste contexto, o empreendedor bem-sucedido é aquele que aproveita qualquer oportunidade para fazer seu negócio crescer (AMORIM et al, 2021). Empreender, portanto, neste sentido é desenvolver todo seu potencial criador sem estar ligado, necessariamente, a questões trabalhistas e coletivas, pois o que vale é o sucesso pessoal e o alcance dos objetivos individuais.

O empreendedorismo, a meritocracia e o esforço individual têm sido levantados em pautas educacionais nos últimos anos por meio de APHs empresariais, sendo perceptíveis nas propostas elaboradas pelo Grupo Lemann (GL). Jorge Paulo Lemann é um empresário pós-fordista que se alinha ao discurso do empreendedorismo, dos *self-made men* que transformam suas trajetórias e, com isso, as de suas sociedades. Em suas iniciativas filantrópicas educacionais, Lemann reflete a lógica pós-fordista e estabelece sua hegemonia no campo educacional por meio da Fundação Lemann, influenciando no modo de vida, criando um novo modelo de empresa e de trabalhadores mais flexíveis.

5.1. A FORMAÇÃO INTELECTUAL DE JORGE PAULO LEMANN

Jorge Paulo Lemann é um empresário e economista suíço-brasileiro nascido no estado do Rio de Janeiro em 26 de agosto de 1939. Descendente de uma família de comerciantes conceituada na Suíça e herdeiro dos negócios de seus pais – seu pai fundou a Leco (Lemann & Co.) e sua mãe era comerciante de cacau na Bahia – Lemann desde sempre esteve ligado à elite empresarial. Seus pais foram criados conforme a ética protestante, o que influenciou nos valores éticos e nos princípios que Lemann usaria na sua caminhada empresarial.

Revisitando as teorias sociológicas, a ética protestante é definida por Max Weber como “sustentação do espírito do capitalismo”, e isto pode ser observado por meio de uma vida pautada por uma conduta que reflita valores e princípios inegociáveis. A ética protestante prega que somente pela incorporação de valores morais como frugalidade, disciplina e trabalho árduo é que o indivíduo alcançará o enriquecimento pessoal, o que é benéfico para a sociedade como um todo. Do ponto de vista de Weber, o empreendedorismo é uma característica tanto do capitalismo em si como da ética protestante, ou seja, uma força

responsável pela valorização do lucro como resultado do trabalho bem-sucedido (WEBER, 2004).

Vivendo e trabalhando segundo tal ética, Lemann não somente acumulou riquezas, como também garantiu sua posição de empresário de sucesso demonstrando seu total alinhamento com a ideologia capitalista cujo cerne está na busca pelo lucro, e conseqüentemente, pela acumulação de capital. O trabalho é um elemento central em sua vida para acumulação de riquezas, assim como reforça sua legitimidade na elite empresarial. Como Zettermann (2020) mostra, a família e a religião protestante parecem se confundir em uma mesma coisa e, juntas, incorporam os valores éticos formadores de uma classe média que apresenta um discurso de moralidade, embora nem sempre siga rigorosamente as práticas religiosas.

Em sua juventude, Lemann estudou na Escola Americana do Rio de Janeiro e residia no Leblon, bairro nobre da Zona Sul, e, posteriormente, em 1961, se graduou em Economia na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Após se formar na faculdade, Lemann se mudou para a Suíça e trabalhou no banco Credit Suisse, além de ter sido tenista profissional por vários anos, participando de campeonatos como a Copa Davis e um Grand Slam, na Suíça e na Inglaterra, respectivamente. Lemann, portanto, sempre teve acesso a conhecimentos e práticas sociais privilegiadas, acumulados a partir de aparelhos privados de hegemonia burguesa, como as escolas e os clubes de elite, onde se aprende esportes como tênis. É preciso lembrar, como fez Bratch (2005), que a concepção de esporte hegemônica no mundo contemporâneo se forma na Inglaterra – em profunda conexão com o desenvolvimento capitalista – a partir das práticas de lazer das classes dominantes, notadamente da aristocracia e da burguesia nascente. O tênis, que continua sendo um esporte burguês, se conforma exatamente no bojo desse processo. O tempo para dedicar-se aos estudos na universidade mais prestigiada do mundo – capaz de dar acesso a um posto de trabalho em um banco internacional, localizado em um dos principais centros financeiros do mundo – e para o lazer – que se transmutou em capacidade técnica e física para se profissionalizar em um esporte – é um bem valioso e caro, possuído apenas por aqueles que, como Lemann, advém de famílias abastadas. Ou seja, Lemann herdou tempo e dinheiro, elementos que o permitiram circular por ambientes que são centrais na conformação da cultura burguesa hegemônica.

Zettermann (2020) destaca que educar-se em instituições de prestígio é importante para a consolidação de uma trajetória bem-sucedida no mundo empresarial, dada complexidade técnica da empresa capitalista e o caráter estratégico das redes de relações na reprodução da burguesia:

A educação formal é um dispositivo de extrema importância para a estruturação da elite empresarial. O capitalismo atual exige um alto nível de conhecimento técnico comprovado pelo diploma superior. A educação em certas instituições também auxilia para formação da rede de contatos, que mantém a empregabilidade, que permitem a perpetuação das altas rodas e que validam o acesso aos postos de comando das instituições (*ibidem*, p. 31).

Além disso, a Universidade de Harvard teve grande influência na construção do pensamento de Lemann. Conforme as palavras do próprio empresário, em seus anos como estudante, a excelência das pessoas foi um dos estímulos na sua carreira como capitalista na indústria:

A outra coisa que aprendi em Harvard, que faz parte das minhas características, foi a escolha de gente. Lá em Harvard eu estava no meio das melhores pessoas do mundo, tinha excelência por tudo quanto era lado sobrando. E eu acho que excelência de pessoas é algo que você aprende também, e obviamente, quando você convive com essa excelência humana, você começa a saber quais são os mais excelentes, como se você estivesse envolvido com arte e o convívio com muita arte você começa a ter um gosto para o que é melhor e para o que não é tão bom assim. Então esses três anos curtos que eu passei em Harvard, mas que me fizeram conviver com as pessoas mais excelentes do mundo, eu acho que tiveram influência na minha escolha de gente, que foi uma das principais características na carreira que tive e nos negócios (JORGE PAULO LEMANN - O que aprendi em Harvard (1/2, 2012).

Do mesmo modo que o meio acadêmico, se surpreendeu com a cultura de trabalho das empresas onde trabalhou, pautadas pelos princípios de parceria, *ownership*³⁸, eficiência, custos controlados e o esforço individual. Logo, torna-se evidente que Lemann foi consolidando uma visão idealizada da sociedade estadunidense, algo que tem grande influência no projeto educacional de cunha neoliberal que busca consolidar no Brasil.

A análise dos princípios de *ownership* e parceria nos ajuda a compreender a relação entre a gestão pós-fordista da empresa e a construção do novo modo de vida hegemônico, o novo americanismo. *Ownership* pode ser melhor traduzido como “sentimento de dono”. Ou seja, o trabalhador deve se submeter completamente aos ditames da relação entre capital e trabalho, que é uma relação desigual e de exploração, para assimilar os interesses do patrão e tratar aquilo que é do patrão, a empresa, como se fosse seu. Enquanto no fordismo, o capital integrava os trabalhadores para atenuar os conflitos, no pós-fordismo, a gestão privada busca

³⁸ *Ownership*, em tradução literal, significa “propriedade”. O termo significa a sensação que os colaboradores têm de serem proprietários da empresa, ou seja, existe uma cultura organizacional que faz com que todos se sintam parte integrante do todo e, por isso, se dedicam ao máximo para obter os melhores resultados possíveis.

anular os conflitos, produzindo um discurso hegemônico que transforma a todos em empresários, mesmo que isso ocorra apenas em termos subjetivos, no campo dos sentimentos. Afinal, a remuneração do trabalho não se equipara aos ganhos do capital.

No que tange ao princípio da parceria, ele busca transformar a relação capitalista, formada, em grande medida, pelo antagonismo entre o capitalista e o empregado, em uma relação que se resume à colaboração. Não por acaso, os trabalhadores passaram a ser chamados de colaboradores pelas empresas.

Logo, torna-se evidente que Lemann foi consolidando uma visão idealizada do modelo de empresa e do modo de vida estadunidense. Essa adesão ao americanismo, aos seus instrumentos de construção de consenso, tem grande influência no projeto educacional de cunha neoliberal que Lemann busca consolidar no Brasil.

5.2. A TRAJETÓRIA EMPRESARIAL DE LEMANN

Na década de 1970, Lemann começou sua jornada como capitalista na indústria e no mercado financeiro – tornou-se sócio da corretora Garantia em 1971, que depois se tornou um banco. Seus futuros sócios Beto Sicupira e Marcel Telles entraram para a corretora e juntos começaram as atividades empresariais: o trio comprou as Lojas Americanas em 1982; em 1998, vendeu o Banco Garantia para o Credit Suisse e passaram a investir na GP Investimentos; em 1999, a AMBEV, subsidiária InBev foi criada, fruto da fusão da Brahma e da Antarctica; em 2004, eles fundaram a 3G Capital, empresa do ramo alimentício, de varejo e de comércio eletrônico. Quando Lemann comprou o Garantia, estabeleceu uma parceria com o banco estadunidense Goldman Sachs e se inspirou no modelo de gestão e na cultura organizacional da empresa para formar sua própria cultura empresarial – com base rígida de meritocracia, foco em resultados imediatos e formação de líderes. Dessa forma, diversificou seus investimentos, tanto no setor de bebidas quanto no de serviços, além de ter outras iniciativas no mercado financeiro desde o Banco Garantia.

Lemann, portanto, preza pela eficiência e pela a operação com o mínimo custo possível, que acompanhe as rápidas mudanças do mercado, assim como age de forma competitiva para atingir os resultados esperados, o que reforça sua característica de empresário pós-fordista.

Inspirados no modelo de relação entre empresários e sociedade historicamente vigente nos EUA, segundo o qual a filantropia é a retribuição material, mas também uma expressão da dominação ideológica, da dívida que um indivíduo bem-sucedido tem para com a sua comunidade, os três empresários brasileiros decidiram implementar esse tipo de

iniciativa nos país. Instrumento de legitimação da riqueza e do mérito, a filantropia, como nos ensinou Fontes (2020), é um meio pelo qual os mais afortunados buscam, quer seja por questões de consciência moral ou social, se sentir mais úteis à sociedade compartilhando com esta de suas riquezas.

Lemann, juntamente com Sicupira e Telles, construiu APHs empresariais voltados para a filantropia, notadamente, a Fundação Estudar e a Fundação Lemann. Além disso, tornou-se acionista do Grupo Eleva Educação, uma *holding* de escolas criada em 2013 e mantida pelo Gera Venture Capital, que visa a construção de uma rede de instituições de ensino básica nos moldes de alto desempenho acadêmico.

Sua trajetória no meio empresarial, assim como suas experiências vividas na universidade moldaram sua visão de mundo e seu projeto de educação para o Brasil. Enquanto intelectual orgânico, atua como porta-voz da burguesia, dos interesses e da visão de mundo do capitalismo pós-fordista, e manifesta sua atividade intelectual por meio de conhecimentos técnicos de gestão, do seu projeto educacional e dos seus princípios de vida. Gramsci (1975) explica que intelectuais orgânicos são indivíduos ligados a sua classe de origem, conectando-se às organizações políticas e culturais, além do mundo do trabalho, a fim de desenvolver um projeto de sociedade e um novo tipo de Estado que assegure a hegemonia de sua classe.

Investir na educação brasileira vai além de simplesmente reduzir as desigualdades sociais e despertar o potencial das pessoas, como é propagado pelas entidades do GL. A educação que o GL diz defender, de oferecer suporte aos diretores e gestores na construção de escolas focadas na aprendizagem dos alunos, na verdade segue uma lógica de transformar o ambiente escolar em um espaço preparatório para o mundo do trabalho que segue a dinâmica pós-fordista – o projeto de Lemann para a educação passa pela criação de APHs empresariais capazes de transferir as tecnologias de gestão privada para a educação pública, de modo a formar empreendedores e trabalhadores flexíveis, capazes de acumular empregabilidade. Dessa maneira, Lemann, por meio do GL, mira na competição internacional do Brasil pelos melhores resultados nos indicadores educacionais e socioeconômicos.

5.3. LEMANN ENQUANTO INTELECTUAL ORGÂNICO

O Grupo Lemann compõe um conglomerado de empresas e investimentos nacionais e internacionais de Jorge P. Lemann e na década de 1990 deu início aos seus investimentos na área educacional. Criada em 1991, a Fundação Estudar foi o pontapé inicial do GL nas suas atividades voltadas para a educação, ao oferecer bolsas de estudos em universidades

internacionais para jovens estudantes do ensino superior desenvolverem habilidades pragmáticas e de liderança para que, ao retornarem ao Brasil, dêem sua contribuição para o desenvolvimento do país. Na página *web* da organização estão inseridas os seus principais valores – 1) Sonho Grande, 2) Execução, 3) Conhecimento Aplicado, 4) Gente Boa, 5) Integridade, 6) Protagonismo, 7) Legado (FUNDAÇÃO ESTUDAR, [s.d.], online) e a partir disso pode-se visualizar que a FE tem como missão permitir jovens que não tiveram as mesmas oportunidades que Lemann tenham uma experiência similar à sua. Lemann acredita que sua trajetória como empreendedor teve como elemento central a experiência em uma universidade de ponta, então ele visa promover esse tipo de oportunidade na crença que ela é a chave para o sucesso.

A organização trabalha com três iniciativas – Líderes Estudar, Estudar na Prática e Estudar Fora. O Líderes Estudar reúne jovens de potencial e visando o desenvolvimento dos futuros líderes, oferece bolsas de estudo e apoio intelectual por meio de mentorias e eventos exclusivos. A ideia de líder promovida pela FE é a de um indivíduo que carrega valores de protagonismo e execução, uma pessoa objetiva que possui conhecimento aplicado para trazer transformações imediatas para a sociedade (FUNDAÇÃO ESTUDAR, [s.d.], on-line). Além do mais, o líder é alguém íntegro, que não precisa de ninguém para fazer por ele e cumprir seus objetivos por mérito próprio.

Guiando o desenvolvimento pessoal e profissional, o Estudar na Prática faz uso de cursos, conteúdo digital e conferências para conectar os jovens ao mercado. Por fim, o Estudar Fora dá oportunidade aos jovens de realizarem intercâmbios no exterior para estudarem nas universidades mais renomadas do mundo. Com esses programas, portanto, a Fundação Estudar não objetiva simplesmente formar jovens de maneira tradicional, ou seja, dar-lhes conhecimento científico, mas transformá-los em cidadãos capazes de causar impacto na sociedade e torná-los envolvidos diretamente nas questões ligadas às instituições que os promovem (*ibidem*).

No ano de 2002, a Fundação Lemann surgiu tendo como seu principal objetivo colaborar com iniciativas para melhorar a qualidade do sistema educacional brasileiro e aperfeiçoar os métodos avaliativos e de monitoramento de desempenho de aprendizagem, assim como preza pela qualificação dos profissionais da educação e uma gestão por resultados, com objetivos e planejamento traçados (Relatório Anual 2002 - Material - Fundação Lemann, 2002). A organização atua em dois pilares estratégicos – Educação, realizando projetos em conjunto com docentes, profissionais da educação e governos para aprimorar o ensino público, e Lideranças, apoiando e engajando pessoas comprometidas com

impacto social. Portanto, aposta nessas duas frentes visando ao impulsionamento de pessoas e outras instituições para tornar o país desenvolvido e avançado.

A Educação Pública atua nas frentes Aprendizagem, Políticas Educacionais e Tecnologia e Inovação, prestando apoio aos gestores educacionais, às coalizões e movimentos que buscam garantir a implementação da BNCC em todo o país e investimentos em soluções tecnológicas, enquanto Lideranças atua em Rede de Líderes, Gestão de Pessoas no Setor Público e Universidades, reunindo pessoas de grande potencial para exercerem lideranças, apoiando centros de pesquisas e fornecendo bolsas de estudos aos estudantes do Ensino Superior nas maiores universidades no exterior. A FL é uma das mantenedoras do movimento Todos pela Educação e do Movimento pela Base Nacional Comum, além de ser secretária-executiva deste último (Fundação Lemann - Educação pública de qualidade, [s.d.], on-line). Sua atuação se dá por meio da articulação com Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que colaboram com o monitoramento do processo de implementação da nova BNCC³⁹, como também pela produção de insumos técnicos e orientações para gestores públicos.

O projeto educacional do GL, segundo Oliveira (2019), é vinculado a uma ideologia que propõe tanto estratégias inovadoras da administração científica, como uma gestão inspirada na cultura de trabalho nas empresas, e o campo educacional é visto como um meio de acumulação flexível. Sua construção tem influência de organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois esses órgãos, além de promoverem a reestruturação e o progresso econômico, estabelecem diretrizes para a visão gerencialista de educação.

Mirando o campo educacional como setor estratégico para o desenvolvimento do capital financeiro, bem como inspirado no *Common Core* que tem sido implementado nas escolas estadunidenses, o GL esteve presente no debate do Novo Ensino Médio mediante diversas atividades realizadas pela FL. Reformular a base curricular, segundo Ferreira e Santos (2020), é uma tendência mundial que molda a formação escolar em conformidade com as políticas de organismos multilaterais e a FL faz parceria com a OCDE, a Universidade de Columbia e o Laboratório de Estudo e Pesquisa em Economia Social (Lepes) da USP-PR

³⁹ Em 1988, a BNCC foi prevista no Artigo nº10 com a promulgação da nova Constituição Federal, de forma a assegurar a formação básica, e em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabeleceu e regulamentou a organização da educação brasileira, e desde então tem sido não apenas essencial, mas uma referência obrigatória para os currículos escolares de todas as instituições de ensino do país para garantir a equidade de aprendizagem de todos os estudantes.

com o intuito de avaliar o processo de implementação da nova BNCC e propor recomendações. O GL sustenta que o sistema educacional brasileiro necessita de profundos ajustes diante dos baixos índices avaliativos e por isso têm procurado intervir e assim se tornar um dos atores ativos no processo de melhoria da educação. A partir de 2014, a organização esteve ativa durante a formação do Movimento pela Base e realizou estudos que contribuíram com o governo a fim de construir uma nova base curricular pelo MEC, incluindo o tema da BNCC na agenda pública nacional. A FL também firmou acordo de cooperação técnica com o MEC apoiando a entrada da inovação nas escolas, além de ter formado parcerias com a Undime, Inep, Capes, Secretarias Municipais e Estaduais e aprofundou o diálogo com as Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e Senado e Conselho Nacional e Estaduais de Educação (FUNDAÇÃO LEMANN, 2014).

No ano de 2015, foi publicada pelo MEC a primeira versão da BNCC e ocorreu consulta pública para que docentes, coordenadores pedagógicos e especialistas da área da educação pudessem analisar e revisar a versão preliminar (FUNDAÇÃO LEMANN, 2015). Em 2016, a segunda versão da BNCC foi lançada e a FL coordenou 16 leituras críticas, assim como mobilizou profissionais da educação na consulta pública e por meio da atuação como secretaria executiva articulou pessoas e organizações comprometidas com a garantia da BNCC. Além disso, contribuiu com a realização dos Seminários Estaduais sobre a base, organizados pela Undime e Consed, que gerou um relatório ao MEC para redigir a terceira versão do documento (FUNDAÇÃO LEMANN, 2016). A nova BNCC foi homologada em 2017 pelo Ministro da Educação José Mendonça Filho, servindo oficialmente como a nova referência pedagógica a ser instituída nas escolas brasileiras (FUNDAÇÃO LEMANN, 2017). Em dezembro de 2018, o documento foi aprovado tanto pelo Conselho Nacional de Educação, como pelo MEC (FUNDAÇÃO LEMANN, 2018).

A formulação da nova BNCC está alinhada com a visão gerencialista da educação pública. O documento atual apresenta propostas pedagógicas que atendam às exigências principalmente econômicas, em detrimento de uma educação de fato transformadora, já que durante o seu processo o empresariado teve participação ativa. Ao longo do documento final, é visível a ênfase no desenvolvimento de competências socioemocionais e de habilidades específicas de cada área e itinerário formativo.

Conseqüentemente, o GL consegue determinar o rumo do Estado Ampliado para consolidar seu projeto educacional por meio de uma variedade de iniciativas para atingir diferentes públicos em determinados contextos. Para que o Novo Ensino Médio fosse firmado, o GL se aproximou com o Estado para realizar intervenções diretas nas políticas

educacionais, da mesma forma que empreendeu ações locais para publicizar sua lógica empresarial através da defesa da educação básica de qualidade. Maria de Oliveira (2019) designa três tipos de ações realizadas pelo GL, por meio de seu principal APH no campo da educação, a Fundação Lemann, para estabelecer sua hegemonia no campo educacional, bem como tornar consensual entre a sociedade civil o modo de vida promovido pelo seu projeto:

a) ações educativas com fins lucrativos, voltadas para a formação das elites; b) ações voltadas para a formação dos intelectuais orgânicos da nova sociabilidade neoliberal (através de eventos centrados em estudos, debates, reflexões e mecanismos de planejamento e sistematização das estratégias mais adequadas de intervenção na realidade educacional); e c) ações “ditas” filantrópicas, sem fins lucrativos aparentes. (OLIVEIRA, M. 2019, p. 166).

Como estratégias formativas do seu projeto hegemônico educacional, o GL procura fomentar as habilidades, ou seja, boas práticas que levarão às melhores competências entre os mais jovens por meio de uma série de eventos e capacitações, formais e informais, cujo objetivo final é a formação de lideranças fortes e capazes de atuarem na sociedade como atores ativos. O projeto educacional promovido pelo GL se inspira em um projeto internacional de formação de sujeitos neoliberais, que é legitimado a partir da produção de intelectuais orgânicos e esses intelectuais são vinculados às suas instituições de origem que desempenham a função de *advocacy* da formação neoliberal, defendendo e promovendo a submissão da educação básica às demandas do mercado através da flexibilização e descentralização da educação e da construção de uma nova base curricular.

Essas instituições do GL investem em jovens promissores, quer enviando-os ao exterior, quer conectando-os à história de vida de líderes reconhecidos, com o intuito de fazer deles profissionais comprometidos com a visão e missão do mercado e os objetivos das empresas que os patrocinam, sempre com o intuito de envolvê-los e prepará-los para defender seus interesses mantendo a lógica da formação neoliberal. Tal educação neoliberal defende uma formação escolar submissa às necessidades do mercado de trabalho, que segue uma ideologia privatista e adota uma pedagogia das competências socioemocionais atreladas a uma educação flexível e fragmentada (OLIVEIRA, M. 2019).

Desde a criação da FE e da FL, o GL tem conseguido atingir um grande número de pessoas simpatizantes por suas propostas e iniciativas para a educação, assim como enviou centenas de estudantes para as universidades do exterior, de forma que anos depois, ao retornarem ao Brasil, construíram uma carreira carregando o legado de Jorge P. Lemann e se tornaram ativistas em prol da educação de qualidade nos termos da sociabilidade neoliberal. Segundo dados das páginas *web*, a FE já enviou mais de mil alunos para as universidades

internacionais, mais de 700 alunos se formaram em liderança pelo Programa Líderes Estudar e mais de 8000 jovens se conectaram com grandes empresas do mercado⁴⁰. A FL, por sua vez, já impactou, no geral, mais de 2 milhões de pessoas, sendo líderes formados pela fundação e redes de ensino que a apoiam⁴¹.

Alguns dos ex-intercambistas do GL hoje ocupam cargos políticos e priorizam às pautas educacionais na agenda política, formando a chamada “Bancada Lemann”, entre eles tem se destacado a deputada federal Tabata Amaral.

5.4. A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO LEMANN COMO REPRESENTAÇÃO LEGÍTIMA DO DEBATE SOBRE A NOVA BNCC

A Fundação Lemann é uma expressão institucional da atuação do Lemann como intelectual orgânico, sendo ela um APH, como demonstrado até aqui. Tal instituição teve uma enorme articulação na construção da nova BNCC e esta seção abordará como a FL passa a determinar os rumos da educação do Brasil via sua atuação na sociedade civil e inserção dentro do Estado Ampliado. Ademais, demonstraremos também a seguir como essa organização transpõe sua visão de mundo para a BNCC, consolidando assim os currículos escolares como a frente de acumulação do capital.

Como citado no capítulo anterior, a FL atua como mantenedora do Movimento pela Base e do TPE. Embora a entidade tenha tido um papel central no debate sobre a Reforma do Ensino Médio e implementação da nova BNCC, outros atores privados e corporativos também tiveram participação, como os próprios apoiadores desses movimentos suprapartidários. Dessa maneira, a influência filantrópica dos atores privados no debate do Novo Ensino Médio, segundo Tarlau e Moeller (2020), não apenas mira no campo educacional como fronteira de acumulação, como também estabelece a hegemonia cultural na educação pública em diferentes escalas. Quanto ao processo de elaboração da nova BNCC, as autoras descrevem que isso resulta de uma prática do “consenso por filantropia”, ou seja, as instituições privadas e corporativas utilizam uma série de recursos (como recursos materiais, poder de mídia e produção de conhecimento) de forma a atingir ao consenso entre múltiplos atores em troca de apoio a uma política pública específica.

Para se inserir no Estado e exercer sua influência, a FL investiu em inúmeros recursos para promover seu projeto de educação (eventos, programas de intercâmbio,

⁴⁰ Sobre nós - Fundação Estudar. [S. l.]: Fundação Estudar, [s.d.]. Disponível em: <https://www.estudar.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 2 set. 2022.

⁴¹ FUNDAÇÃO Lemann - A Fundação. [S. l.]: Fundação Lemann, [s.d.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 2 set. 2022.

mentorias, entre outros) e obter, assim, prestígio. Reiterando o que já foi dito anteriormente, a organização se inspirou na experiência estadunidense *Common Core* para reformar a BNCC e abraçou essa ideia para ser implementada também no Brasil. Uma das primeiras iniciativas de Lemann após criar a FL em 2002 foi convidar o ex-Ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato Souza, para ser um dos conselheiros da fundação. Essa parceria foi uma forma de Lemann se aproximar do setor público e se envolver com a agenda educacional. Nos primeiros anos, a fundação investiu e doou dinheiro para iniciativas e organizações educacionais, tais como a Coleção Brasileira, o Programa de Apoio Técnico e Agrotécnico (Paeta) e o Programa Gestão para o Sucesso Escolar, do Instituto Gestão Educacional. A partir dos anos 2010, a FL começou a desenvolver de fato um projeto de educação de impacto nacional, centrado na BNCC. Foi em 2013, então, que a fundação aplicou recursos na formação de um movimento suprapartidário Movimento pela Base Nacional Comum, reunindo tanto diferentes organizações da sociedade civil, como membros do governo. Nesse mesmo ano, Lemann organizou um seminário na Universidade de Yale “Liderar reformas educacionais: fortalecer o Brasil para o século XXI” com a intenção de promover a discussão de uma nova BNCC, bem como arcou com todas as despesas, que reuniu secretários de Educação dos Estados Unidos e do Brasil, redatores do *Common Core* e representantes de várias ONGs e fundações. Esse seminário foi uma das primeiras iniciativas de Lemann para apresentar sua proposta para a educação brasileira (TARLAU e MOELLER, 2020).

A conjuntura política do Brasil foi um fator importante para que a FL pudesse materializar seu projeto educacional – o segundo mandato de Dilma Rousseff esteve mais aberto à influência corporativa e Manuel Palácios foi nomeado ao cargo de Secretário da Educação Básica do MEC, conhecido por seus trabalhos como consultor de formulação de políticas públicas, sendo parte do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A partir dessa nova gestão e do avanço neoliberal no governo, a agenda do governo federal deu maior abertura para a discussão da nova BNCC, sendo esta uma conquista tanto para o Movimento pela Base, como para a FL e o Lemann. Quando Renato Janine Ribeiro assumiu o MEC em 2015, manteve Manuel Palácios e o restante da equipe da Secretaria de Educação Básica, permitindo que o processo da redação da BNCC prosseguisse para o próximo ano.

Por meio de recursos econômicos, poder de conhecimento, poder de mídia e redes formais e informais que a FL pôde influenciar os direcionamentos do Estado Ampliado. A fundação, além de pagar passagens aéreas para funcionários do MEC, Undime, Consed, entre outras instituições para participarem de seminários pelo país, patrocinou a produção de

conhecimento, como tradução de documentos internacionais para a língua portuguesa e patrocínio de relatórios de pesquisa. No processo de redação da BNCC, Lemann também contratou especialistas da área da educação da Austrália, a Autoridade Australiana para Currículo, Avaliação e Relatórios (ACARA). Ao buscar seguir exemplos dos modelos de educação de outros países, tanto Lemann, como a fundação acabam por apenas replicarem padrões curriculares sem levar em consideração as particularidades do sistema educacional brasileiro, pois visam apenas as soluções técnicas e imediatas, desconsiderando os problemas mais profundos da educação básica do Brasil.

Outro ponto que foi essencial para que a FL pudesse avançar na implementação da nova BNCC foi a formação de uma rede apoiadora composta por especialistas renomados da educação e políticos, sendo alguns deles parte do Movimento pela Base. Em meio à crise política no governo Dilma, o país estava cada vez mais polarizado, contudo, a nova BNCC permaneceu firme e manteve seu apoio multipartidário. O *impeachment* da presidente e a posse de Michel Temer na presidência, em 2016, favoreceu ainda mais a tramitação com o cenário político inclinado à direita e ao conservadorismo – Mendonça Filho, filiado ao partido Democratas (DEM), assumiu o cargo de Ministro da Educação, e Maria Helena Guimarães de Castro, filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), assumiu a Secretaria Executiva, conhecida por defender a educação alinhada ao mercado.

A reforma do Ensino Médio no Brasil foi alvo de controvérsias entre sindicalistas, professores, profissionais da educação e APHs empresariais. As manifestações contrárias à implementação da nova BNCC se devem principalmente à falta da inclusão da comunidade educacional no debate, assim como criticaram a pressão da padronização, as “soluções técnicas” para os maiores desafios da educação básica e o ensino básico nos moldes corporativos. Como dizem as autoras Tarlau e Moeller (2020), atores políticos como movimentos sociais, sindicatos, universidades públicas e professores eram considerados “barreiras” para a implementação do Novo Ensino Médio e atuação do setor privado sobre as políticas educacionais, comprovando então que esse projeto de educação está mais inclinado aos interesses do empresariado do que, de fato, resolver as questões educacionais de forma profunda, desmistificando a ideia da filantropia empresarial.

6. TABATA AMARAL: O LEGADO DO GRUPO LEMANN EM SUA ATUAÇÃO PARLAMENTAR E ATIVISMO PELA EDUCAÇÃO

Por meio das organizações do GL, principalmente pela FE, centenas de estudantes universitários tiveram a oportunidade de não apenas realizar intercâmbios em universidades

de ponta do exterior, como também fazer parte de mentorias e programas preparatórios de desenvolvimento pessoal, profissional e de formação de futuras lideranças jovens. Com o crescimento do APH empresarial e a sua expansão ao longo dos últimos anos, os ex-alunos dessas universidades, ao retornarem ao Brasil, se envolvem com organizações do terceiro setor, atuam no meio acadêmico ou no setor público, principalmente através de cargos políticos.

No ano de 2018, alguns ex-alunos foram eleitos para cargos políticos, sendo eles deputados federais e estaduais. Esses indivíduos compõem a primeira geração de políticos vinda do GL, que tem sido chamada por políticos e setores da imprensa de “Bancada Lemann” (MONTESANTI, 2019). O que os políticos desse grupo que tiveram passagens pelos programas dos APHs do GL têm em comum é a pauta da educação como prioridade, assim como são ou foram vinculados a grupos de renovação política como o RenovaBR e o movimento Acredito. Embora esses movimentos puguem a formação de liderança de diferentes espectros ideológicos, eles são financiados por empresários e têm um viés liberal conservador⁴², a exemplo do próprio fundador da RenovaBR e empresário Eduardo Mufarej, de Abílio Diniz, de Wolff Klabin e do apresentador de televisão Luciano Huck, o que, como buscaremos demonstrar, tem influenciado o comportamento e as visões de mundo dessa nova geração de políticos (FILHO, 2020).

Esses políticos são majoritariamente filiados a partidos considerados “centristas”, “terceira via” ou inclinados ao espectro político de “centro-direita” e “direita”, que defendem a liberdade econômica individual, o empreendedorismo e a redução da intervenção socioeconômica do Estado, como o NOVO, ao qual Tiago Mitraud está filiado; o União Brasil (UB), que conta com a filiação de Felipe Rigoni e o Partido Social Democrático (PSD), que conta com Renan Ferreirinha em suas fileiras. Importa ressaltar que tanto Rigoni quanto Ferreirinha foram eleitos deputados pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), um partido historicamente de centro-esquerda, mas que, nos últimos anos, tem reunido políticos posicionados mais ao centro e à centro-direita no espectro político.

Tabata Amaral, uma das integrantes dessa “Bancada Lemann”, entrou na política pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). O seu deslocamento ao PSB deu-se após um

⁴² OHANA, Víctor. Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração?: Movimentos de renovação e organizações de formação política provocam choque interno com partidos no Congresso Nacional. [S. l.]: Carta Capital, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabr-e-fundacao-lemann-renovacao-ou-infiltracao/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

conflito em torno da aprovação da Reforma da Previdência, da qual ela foi a favor à revelia do posicionamento do PDT, contrário à medida. Contrariando tanto ao partido, como aos seus princípios de projeto de cidadania, seu posicionamento favorável à Reforma da Previdência faz jus a uma visão liberal conservadora da burguesia brasileira, o que foi o suficiente para ser vista como “traidora” pelos membros do PDT⁴³. Buscaremos demonstrar, então, que esses indivíduos carregam consigo a influência do projeto de sociabilidade neoliberal do GL, cujo cerne é a conformação da educação à lógica da acumulação flexível que visa: a) adaptar os alunos à insegurança e à precarização do mundo trabalho, inclusive conduzindo o ensino médio técnico a “formar” para esses empregos precários, e b) mitigar os efeitos desse processo através do desenvolvimento de competências socioemocionais, capazes de produzir o consentimento em torno dessa realidade, como será demonstrado a seguir. A respeito desses indivíduos da “Bancada Lemann”, Baldocchi (2019) descreve as características que eles possuem em comum:

Em comum, os novos políticos – não, eles não se incomodam com o rótulo de políticos – ostentam formação nas melhores universidades do mundo, dividem a decisão de renunciar a carreiras prósperas na iniciativa privada, além dos anseios de mudança na gestão pública e de renovação na política. Nas campanhas, eles empregam métodos corporativos aprendidos no ambiente da rede Estudar. São os mesmos atributos que levaram muitos que lá passaram aos postos mais altos de empresas por todo o globo. (BALDOCCHI, 2019, on-line).

Outra característica que esses indivíduos têm em comum é o financiamento empresarial em suas campanhas políticas. Embora o próprio Lemann afirme não financiar candidatura alguma, esses indivíduos receberam investimentos por serem vistos como apostas para a renovação política, como o próprio movimento RenovaBR. Essa classe de políticos recebeu financiamentos privados de empresas apesar de ser uma prática ilegal⁴⁴, portanto esses patrocínios foram feitos a partir do financiamento de movimentos políticos, que englobam filiados de todos os partidos, bem como empresas (DIAS, 2022).

⁴³ ARCANJO, Daniela. *Ciro diz que movimento de Tabata é 'partido clandestino' e que ela faz dupla militância: Ex-governador do Ceará voltou a criticar deputada do PDT por votação na reforma da Previdência*. São Paulo: Folha de São Paulo, 13 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/ciro-diz-que-movimento-de-tabata-e-partido-clandestino-e-que-ela-faz-dupla-militancia.shtml>. Acesso em: 9 dez. 2022.

⁴⁴ O financiamento privado proibiu, pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650 de 2015, as doações de pessoas jurídicas em campanhas políticas. Além das empresas serem proibidas de realizarem quaisquer financiamento, são proibidas também órgãos da administração pública direta e indireta, empresas com concessões de prestação de serviços públicos, entidades beneficentes e religiosas, entre outras entidades.

Um dos ex-alunos e políticos que compõem a “Bancada Lemann” é Tiago Lima Mitraud de Castro Leite, natural de Brasília, no Distrito Federal, e graduado em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ao longo de sua vida, esteve envolvido em grêmio estudantil, foi intercambista pela Rotary Club e participou do Movimento Empresa Júnior, chegando a ser Presidente da Brasil Júnior, a Confederação Brasileira de Empresas Juniores. Depois de formado na UFPR, ingressou na FE, sendo responsável pela criação de cursos de liderança e carreira, sendo Gerente de Produto entre os anos 2011 e 2014 e Diretor Executivo de 2015 a 2017, além de ter feito parte do Programa de Desenvolvimento de Lideranças na Universidade de Harvard, entre 2015 e 2017. Desde 2019, ocupa o cargo de deputado federal por Minas Gerais. Ele é filiado ao NOVO, partido de corrente liberal clássica, defensor da liberdade individual, do indivíduo com o único gerador de riquezas, do Estado simples e eficiente (com a estrutura administrativa enxuta) e de práticas alinhadas ao mercado⁴⁵.

Mitraud atua nas comissões permanentes de Educação, de Trabalho, de Administração e Serviço Público, além de compor o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a Comissão Externa do Ministério da Educação e ser presidente da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa (Biografia do (a) Deputado (a) Federal Tiago Mitraud - Portal da Câmara dos Deputados, [s.d.], on-line). Uma das pautas centrais de Mitraud é a educação empreendedora. Ademais, acredita na participação da iniciativa privada e da sociedade civil na melhoria da educação pública brasileira, pois afirma que esses setores podem trazer contribuições para melhorar a gestão escolar, a qualidade de ensino dos professores e a infraestrutura das redes públicas de ensino, enquanto o Estado deve ter sua atuação reduzida. Nas palavras do próprio deputado:

"Acho que em comum todos chegamos aqui por insatisfação com o status atual. Em geral, temos esse viés de trabalhar para o bem público, ser responsável pela mudança que queremos ver no país. De diferente, vejo que eu e outros deputados do Novo defendemos um modelo de Estado muito diferente do que os brasileiros estão acostumados. Temos uma cultura de historicamente recorrer ao governo para resolver os nossos problemas, e eu acredito que o Estado não serve para resolver nosso problema. Na verdade, o Estado hoje é um problema." (MONTESANTI, 2019, on-line).

Ao dizer que o Estado é um problema, ele reproduz a frase de Ronald Reagan, político estadunidense, “O governo não é a solução do nosso problema. O governo é o

⁴⁵ PARTIDO NOVO. Posicionamentos - NOVO. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://novo.org.br/novo/posicionamentos/>. Acesso em: 12 set. 2022.

problema”. Quando hoje, a discussão de ponta acerca do desenvolvimento rechaça o radicalismo neoliberal, o partido de Mitraud, o NOVO, quer voltar ao neoliberalismo mais pueril, mais ingênuo do final dos anos de 1970.

Felipe Rigoni Lopes, por sua vez, é coach⁴⁶ e engenheiro de produção formado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), nascido em Linhares, no Espírito Santo. Durante seus anos como estudante universitário, se envolveu com empresa júnior e começou a se engajar na política, sendo Presidente da federação mineira e brasileira de empresas juniores. Por meio da FE, conseguiu uma bolsa de estudos na Universidade de Oxford, na Inglaterra, para cursar o mestrado em Políticas Públicas e após retornar ao Brasil, ingressou nos movimentos Acredito e RenovaBR. Em 2018, com o apoio desses movimentos, foi eleito deputado federal no Espírito Santo pelo PSB, mudando posteriormente para os partidos PSL e União Brasil. Para Rigoni, a educação é o caminho para a transformação do país e o desenvolvimento pessoal, e junto com a inovação da gestão pública compõe as suas pautas preferenciais. O político se autodefine como um indivíduo da terceira via, em geral, assim como um liberal, defende o desenvolvimento de políticas públicas através do diálogo entre todos os espectros políticos, pois o distanciamento entre políticos é o que dificulta grandes transformações no país. Então, formar um mandato coletivo com diferentes indivíduos e representantes da sociedade civil é importante para que haja inovação na elaboração de políticas públicas (DINIZ, 2021).

Dada a trajetória Rigoni e Mitraud, que tiveram seu primeiro contato com a sociabilidade neoliberal produzida no mundo empresarial a partir de empresas júnior, sublinhamos algumas características dessas organizações. As empresas juniores desenvolvem um papel de capacitação de habilidades técnicas e gerenciais aos estudantes universitários e por meio de atividades de capacitação o universitário aprende a lidar e se adaptar aos processos de ambientes internos e externos do meio empresarial. Como dizem os autores Fernandes e Ritter (2018), diante de uma crescente competição entre as empresas, nas empresas júnior é enfatizada a importância de uma administração empresarial eficiente e eficaz, então as atividades teóricas e práticas são necessárias para a formação de um

⁴⁶ O *coach* se refere a técnico de equipe ou treinador, com o objetivo de orientar um atleta a vencer uma partida. Geralmente o *coaching* remete a valores como de desenvolvimento pessoal, produtividade e meritocracia, assim como no neoliberalismo, pois esses sujeitos que atuam como *coaches* têm a prática de personificar o mercado, de fazer o aprendiz a se enxergar como mercadoria e empreendedor de si mesmo, além de propagar e defender ideias superficiais para que o aprendiz possa atingir ao sucesso e à prosperidade sem levar em consideração questões de classe social, escolaridade, idade, gênero e origem.

administrador e/ou empreendedor. Quanto a sua definição, a EJ se caracteriza por ser uma empresa formada por estudantes de graduação que prestam projetos a empresas e estão em processo de capacitação contínua, aprendendo sobre gestão, liderança, empreendedorismo e estão em constante contato com o mercado. As EJs, portanto, funcionam como um vetor de entrada da sociabilidade neoliberal nas universidades, tanto que o GL acaba atraindo os jovens para suas iniciativas, principalmente por meio da FE.

Vindo de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha afirma que tudo que aconteceu na vida dele foi através da educação. Entrou para o Colégio Militar do Rio de Janeiro após passar no processo seletivo, pois desejava estudar em uma escola pública de qualidade, além de se interessar pelas diversas atividades oferecidas pela instituição aos alunos. Ainda no Ensino Médio, descobriu a possibilidade de estudar no exterior, então, por meio da FE, conseguiu fazer o processo seletivo da Universidade de Harvard sem arcar com os custos e foi aprovado em outras universidades, como Princeton, Yale e Columbia. Em Harvard, estudou Economia e Ciência Política e se envolveu com iniciativas voltadas para à educação, sendo co-fundador do Mapa Educação junto com outros estudantes universitários, movimento que preza pela mobilização dos jovens brasileiros em defesa de políticas públicas educacionais, situando-os como protagonistas na luta pela educação de qualidade, focada na política local. Tal organização conta com a FL como mantenedora. Além disso, Ferreirinha também co-fundou o movimento Acredito. Após a graduação, retornou ao Brasil com o objetivo de seguir com o ativismo pela educação e o empreendedorismo social, tornando-se deputado estadual no Rio de Janeiro pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), filiando-se posteriormente ao PSD (Educação de qualidade para todos | Renan Ferreirinha | TEDxLaçador, 2018).

Em 2021, foi convidado pelo prefeito do Rio de Janeiro Eduardo Paes para ser secretário municipal de educação. Além do mais, no seu conjunto de propostas para o mandato de deputado federal no ano de 2022, Ferreirinha tem um eixo exclusivo para à educação, prezando pelo Ensino Técnico e profissionalizante, empregabilidade aos jovens e a implementação do Novo Ensino Médio, objetivos característicos do projeto de educação estabelecido pelo GL (TRIBUNA, 2022).

Entre os políticos da “Bancada Lemann”, Tabata Claudia Amaral de Pontes tem se destacado por sua jornada como ativista pela educação, sendo uma mulher de origem periférica que alcançou um cargo no Congresso Nacional. Foi eleita como deputada federal do estado de São Paulo em 2018 e desde então tem atuado como porta-voz do ensino básico de qualidade, estando envolvida em diversos projetos educacionais (como o Mapa Educação) e

nos mesmos movimentos de renovação política supracitados (RenovaBR e Acredito), assim como também atua em defesa de pautas como o direito das mulheres, inovação política e a sustentabilidade ambiental.

Sendo Tabata uma pessoa de bastante destaque no país devido a sua atuação como uma jovem ativista pela educação e a sua trajetória excepcional de vida, este capítulo será dedicado a compreender sua formação intelectual, atuação parlamentar e, principalmente, o seu vínculo com o GL e de que maneira sua agenda conflui com o seu projeto de educação, analisando se ela é ou não uma espécie de intelectual orgânica do conglomerado. Afinal, a Tabata Amaral, uma vez no congresso, reproduz, na pauta da educação, o projeto de sociabilidade neoliberal preconizado pelo grupo Lemann?

6.1. JUVENTUDE E INGRESSO À UNIVERSIDADE

Tabata Amaral é oriunda de uma família de trabalhadores da periferia de São Paulo, a Vila Missionária. Ainda no Ensino Fundamental, destacou-se na primeira Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) e foi classificada em segundo lugar. Devido ao seu ótimo desempenho escolar, conseguiu uma bolsa de estudos no Colégio Etapa, onde percebeu a tamanha discrepância social da cidade enquanto uma jovem moradora da periferia em uma escola privada renomada. Quando ingressou no colégio, recebeu auxílio financeiro de moradia, transporte e alimentação porque sua família não tinha condições financeiras de sustentá-la propriamente (ESTUDAR FORA, 2014).

Durante o Ensino Médio, Tabata participou de várias competições de matemática e ciências integrando equipes brasileiras e acumulou medalhas em competições nacionais e internacionais. Seu contato com o ativismo começou quando foi uma das criadoras do projeto Vontade Olímpica de Aprender (VOA!), que funciona como preparatório para alunos da rede pública às competições científicas, durante os finais de semana.

Após uma palestra sobre o MIT em sua escola, Tabata decidiu que queria cursar a faculdade nos Estados Unidos, por mais que sua ambição fosse algo inalcançável para a sua condição de classe. Então, se inscreveu para o Prep Estudar Fora, preparatório gratuito da Fundação Estudar que envia estudantes de alto desempenho acadêmico para cursarem a graduação nas universidades internacionais. Tabata foi aprovada em Física na Universidade de São Paulo (USP) e também em seis universidades estadunidenses, sendo elas Princeton, Yale, Columbia, Upenn, Caltech e Harvard, escolhendo estudar nesta última (BARBOSA, 2019, on-line). Com a bolsa integral e suporte financeiro da Fundação Estudar, Tabata conseguiu ingressar na graduação de Astrofísica. No primeiro ano de graduação, teve acesso a outras disciplinas de diferentes áreas, se interessando por políticas públicas e no estudo

aprofundado dos problemas da educação básica brasileira, o que a levou a fazer uma segunda graduação, em Ciência Política (Por que a educação é o único caminho | Tábata Amaral | TEDxUFRGS, 2015).

Tabata Amaral foi uma estudante excepcional e é preciso entender a sua jornada como uma trajetória *sui generis*⁴⁷. Bernard Lahire (2006) fala que o meio social é fundamental para o sucesso ou o fracasso escolar da criança, pois o seu desenvolvimento recebe influências externas como do ambiente onde vive, do capital cultural⁴⁸ e das estruturas familiares e escolares. Uma criança de origem humilde, que estuda em escola com pouco recursos e que vem de uma família disfuncional tem maior probabilidade de baixo rendimento escolar comparado a crianças que possuem estrutura familiar estável e capital cultural. Lahire, ao explicar sobre o fenômeno de alguns alunos oriundos de famílias “desprovidas de recursos” apresentarem um bom desempenho escolar, aponta a hipótese das “diferenças secundárias” para explicá-lo – não necessariamente as condições financeiras e sociais influenciam no “sucesso” escolar, mas a estrutura do comportamento e da personalidade da criança tem um grande papel que molda seu desempenho escolar. Sobre isso, o autor diz:

De fato, a criança constitui seus esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação através das formas que assumem as relações de interdependência com as pessoas que a cercam com mais frequência e por mais tempo, ou seja, os membros de sua família. Ela não "reproduz", necessariamente e de maneira direta, as formas de agir de sua família, mas encontra sua própria modalidade de comportamento em função da configuração das relações de interdependência no seio da qual está inserida. Suas ações são reações que “se apóiam” relacionalmente nas ações dos adultos que, sem sabê-lo, desenham, traçam espaços de comportamentos e de representações possíveis para ela (LAHIRE, 2006, p. 17).

Tendo sido uma aluna excepcional, Tabata conseguiu por meio da FE a ingressar em uma das universidades mais renomadas dos Estados Unidos. A FE procura por esses alunos excepcionais porque seus projetos são voltados à formação de não apenas futuras lideranças, mas de indivíduos de trajetórias excepcionais, então seleciona os melhores estudantes e, posteriormente, os torna exemplos a serem seguidos. O que a FE quer é uma escola customizada, que promova o conhecimento que o aluno individual precisa para se destacar, ou seja, voltada ao *self-made* ao invés do coletivo. A busca pelo aluno excepcional é uma estratégia para a reprodução ideológica do individualismo burguês. Com essa estratégia,

⁴⁷ Do latim, significa “de seu próprio gênero” ou “de espécie única”.

⁴⁸ O capital cultural, conceito criado por Pierre Bourdieu, se refere à educação de um indivíduo, o acúmulo de conhecimento e competências adquiridas que acaba por trazer vantagem ao indivíduo de obter prestígio social.

busca-se redefinir o sentido da educação pública ao inserir na sociedade política agentes que difundem o modo de vida neoliberal. Tratando-se da criação de um novo modo de vida, Becker (1964) diz que a educação é um dos investimentos mais importantes para o capital humano porque um indivíduo qualificado contribui para melhores rendimentos individuais, o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do crescimento econômico.

6.2. FORMAÇÃO INTELECTUAL E ATIVISMO PELA EDUCAÇÃO

Em seus anos na Universidade de Harvard, Tabata trilhou sua trajetória intelectual por meio de seu envolvimento com projetos educacionais e pesquisas sobre os sistemas de ensino de diversas cidades e países, assim como vivenciou o modo de vida dos estudantes da elite universitária estadunidense – exatamente como havia ocorrido com Lemann, Tabata inseriu-se em um ambiente de busca pela excelência, no qual alunos e professores competem por prêmios e prestígio na carreira acadêmica. Importa ressaltar que a elite universitária dos EUA valoriza o desenvolvimento de competências socioemocionais, bem como a autogestão e o individualismo.

Dentre suas inúmeras atividades e trabalhos realizados, realizou estágios na Índia, em 2013, para estudar o sistema educacional indiano, bem como nas Secretarias de Educação de Sobral, no Ceará, e Salvador, na Bahia. Em parceria com os estudantes e também bolsistas em Harvard, sendo um deles Renan Ferreirinha, Tabata participou da formulação do Mapa Educação, em 2014. Por meio do Manifesto Mapa no Buraco, o movimento reuniu os principais problemas da educação brasileira através de entrevistas feitas com mais de cem pessoas, sendo elas do setor público, políticos, sociedade civil e movimentos sociais de base, como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, os políticos Manuela D'Ávila e Marcelo Freixo, e o empresário Jorge P. Lemann⁴⁹. Em 2015, a primeira conferência do Movimento Mapa Educação foi realizada a fim de engajar a sociedade a discutir sobre a qualidade do ensino básico brasileiro, reunindo tanto estudantes, como especialistas da área educacional.

Tabata ingressou no *Lemann Fellowship*, em 2015. Essa iniciativa da FL apoia pessoas na produção e disseminação de conhecimento, mirando no desenvolvimento de soluções para a resolução dos problemas sociais do Brasil, e Tabata foi uma das organizadoras da primeira edição do *Brazil Conference*, evento anual que reúne alunos brasileiros da

⁴⁹ Lançamento de manifesto suprapartidário “Mapa do Buraco” investiga caminhos para aumentar a qualidade da educação no Brasil. [S. l.]: Ser Universitário, [s.d.]. Disponível em: <https://www.seruniversitario.com.br/mec/lancamento-de-manifesto-supra-partidario-lidquo-mapa-do-buraco-rdquo-o-investiga-caminhos-para-aumentar-a-qualidade-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 7 out. 2022.

universidade de Harvard que promove o debate variados relacionados à economia, política e a sociedade, de forma a trazer transformações em ambiente plural.

Na tese elaborada ao final da graduação *The Politics of Education Reform in Brazilian Municipalities*, fez uma análise sobre os sistemas educacionais e as reformas feitas por dois municípios brasileiros de realidades distintas – Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, e Sobral, no estado do Ceará. Para compreender os resultados educacionais obtidos pelos dois municípios, apontou que a análise deve ser feita além dos dados do PIB *per capita* e do nível de desenvolvimento, pois era necessário compreender o que levou os governos municipais a implementarem reformas educacionais nas escolas⁵⁰.

Ao longo de sua trajetória intelectual, Tabata passou por vários APHs, sendo eles movimentos de renovação política e organizações não governamentais. Ocupando espaços de elite como o Colégio Etapa, a Universidade de Harvard e vivenciando o modo de vida de frações da burguesia estadunidense, como também envolvendo-se com o GL através da FE. Tabata, portanto, adaptou seu modo de vida e sua visão de mundo à visão de mundo hegemônica, se socializando dentro de uma visão neoliberal da política. A cada etapa, ainda que seja uma pessoa de origem periférica, Tabata reconstruiu sua sociabilidade a partir de passagens por instituições burguesas, onde a visão neoliberal de ensino é dominante.

Ainda que Tabata esteja engajada em movimentos da sociedade civil e leve suas premissas de ampliação da cidadania para a sociedade política, o projeto de cidadania defendido por ela ataca, ao menos em parte, a robustez do Estado de bem-estar social, que gera o salário indireto fundamental para equilibrar a luta de classes entre capital e trabalho. O cidadão acaba permanecendo em condições precárias, principalmente por causa dos efeitos da Reforma da Previdência, na qual Tabata votou a favor, sobrevivendo com salários baixos e com o mercado de trabalho informal. Tabata é o expoente do neoliberalismo mitigado, que combate miséria e visa uma aliança de classes entre trabalhadores e burguesia, na qual esta última mantém a hegemonia e determina a direção do projeto ético-político da sociedade, via, sobretudo, o domínio da gestão educacional. Nesse contexto, uma educação libertadora, que crie um projeto nacional-popular, que reduza profundamente as desigualdades, é inviável.

Ademais, o Movimento Acredito, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) e o RenovaBR tiveram sua influência sobre a carreira política e o pensamento ideológico de Tabata. A instabilidade política no Brasil vivida desde 2013 e o surgimento da

⁵⁰ PONTES, Tabata Claudia Amaral de. *The Politics of Education Reform in Brazilian Municipalities*. 2016. Monografia (Bachelor of Arts) - Harvard College, [S. l.], 2016.

nova direita foram fundamentais para a formação dessas organizações, lideradas pelo setor empresarial, que se diz opor tanto à esquerda, como à direita, ou seja, contra a política tradicional (GODOY, 2021). Esse projeto defendido pela “Terceira Via” apresenta um modelo de educação conformista, que educa para o consenso com a ordem estabelecida, desprezando a formação crítica dos estudantes do ensino público e, com isso, dificultado a construção, por parte deles, de uma consciência de classe que seria fundamental para que compreendessem suas trajetórias e a superexploração de classe que gera a desigualdade social brutal do país.

Em 2018, Tabata foi eleita deputada federal de São Paulo, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), desfiliando-se em 2021 e no mesmo ano se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB)⁵¹.

6.3. ATUAÇÃO PARLAMENTAR DE TABATA AMARAL: UMA INTELLECTUAL ORGÂNICA DO CAPITAL?

Como parlamentar, foi membro titular da Comissão Permanente de Educação e da Comissão Especial do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no seu primeiro ano de mandato, além de ser uma das coordenadoras da Frente Ampla pela Educação, fiscalizando as entidades públicas para que priorizem a pauta educacional. Enquanto membro de comissões ao longo da sua trajetória política, algumas das conquistas para a educação foram a PEC do Novo Fundeb, que dobrou os recursos da União para maior investimento na educação básica brasileira, aumentando gradativamente em 23% até 2026 em prol da equidade regional da qualidade de ensino⁵², e a Lei da Conectividade (Lei nº 14.172/2021), garantindo o acesso aos equipamentos eletrônicos e a internet para alunos e professores da rede pública com fins educacionais. Dentro de uma visão apenas economicista, tal medida é um avanço no movimento progressista, ainda que na luta pela educação pública prevaleça a hegemonia

⁵¹ CNN BRASIL. Deputada Tabata Amaral anuncia filiação ao PSB: Parlamentar afirmou que, dentro do campo progressista, seu novo partido ‘tem muita clareza do papel no combate’ ao governo de Jair Bolsonaro. CNN Brasil, [S. l.], p. n.p., 17 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/deputada-tabata-amaral-anuncia-filiacao-ao-psb/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

⁵² ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO FNDE. Novo Fundeb garante mais recursos da União para a educação básica brasileira: Contribuição do governo federal vai subir dos 10% atuais até 23% do valor total do fundo até 2026. [S. l.]: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/14012-novo-fundeb-garante-mais-recursos-da-uni%C3%A3o-para-a-educac%C3%A7%C3%A3o-b%C3%AAsica-brasileira>. Acesso em: 6 out. 2022.

empresarial. Na visão de Gramsci, percebe-se que esses recursos serão investidos a partir de uma lógica gerencialista, contribuindo para uma educação pautada pela lógica do individualismo, do empreendedorismo, voltada à construção de *self-mades*, com sérias consequências para a expansão da solidariedade entre as classes subalternas. Os indivíduos de classes subalternas acabarão por sofrer mais dificuldades pela implementação de um projeto ético-político que visa transformá-los em empreendedores de si mesmos ao invés de adquirirem uma formação emancipadora.

Tabata luta por recursos para uma educação hegemônica pelo liberalismo-conservador da burguesia brasileira, sem contestar os preceitos que conformam o projeto hegemônico de educação em curso. Embora Tabata seja vista como progressista, a partir de um viés economicista, ela leva a hegemonia empresarial para dentro da sociedade política, entregando a direção do Estado ao projeto burguês de sociabilidade neoliberal. Para ter responsabilidade social, segundo ela, é preciso ter também responsabilidade fiscal, tanto que defende a preservação do teto de gastos, havendo apenas algumas atualizações ao invés da eliminação total da regra fiscal (RIGAMONTI, 2021).

Tabata atua em projetos de lei que visam a Educação Técnica, a formação dos professores, a reforma do Ensino Médio e a melhoria dos resultados do Ideb tais como o PL nº 6.494/2019 (propõe ajustes no ensino técnico-profissional, com o intuito de aproximar os estudantes das demandas da economia e da evolução tecnológica, gerando a eles oportunidades para se inserirem no mercado de trabalho), PL nº 4.256/2020 (cria o Programa Ganhe o Mundo para oferecer aulas em línguas estrangeiras e intercâmbio internacional aos alunos do Ensino Médio da rede pública) e PL nº 54/2021 (Poupança Ensino Médio) (Tabata Amaral 4040 | O que já conquistamos, [s.d.], on-line).

O PL nº 6.494/2019 dispõe de formação técnica profissional e articula a formação profissional com a aprendizagem, com o objetivo de ampliar o acesso ao Ensino Superior, como também a empregabilidade no Brasil⁵³. Através desse projeto, as instituições de Ensino Superior podem aproveitar créditos obtidos pelo estudante no Ensino Técnico e, dessa maneira, o estudante pode tanto seguir a formação acadêmica, como a formação técnica. Como a própria Tabata afirma, a formação técnica contínua acompanha a revolução tecnológica e o estudante consegue se adaptar às tendências do mercado de trabalho, ou seja, o estudante, por meio do ensino técnico, desenvolve e acumula habilidades socioemocionais

⁵³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal da Câmara dos Deputados. Brasília, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2234538>. Acesso em: 10 out. 2022.

para se adequar ao mercado de trabalho que apresenta um déficit de empregos formais, adequando-se à informalidade e aos empregos, em grande medida, precários disponibilizados no mercado (RUPP, 2022).

Em 2019, a PEC 206/2019 foi apresentada pelo deputado General Peternelli, do União Brasil, que visa a cobrança de mensalidade em universidades públicas aos estudantes ricos, enquanto os estudantes pobres permanecem com a gratuidade de mensalidade no Ensino Superior. Essa proposta foi criticada pelo risco de redução de financiamento nas universidades públicas e pela falta de critérios específicos e clareza na determinação do público alvo da cobrança de mensalidade. Tabata não apenas se posicionou contrária à PEC, mas defendeu uma possível implementação no Brasil do modelo de financiamento de universidades públicas da Austrália. Neste país, de 43 instituições de Ensino Superior, 37 são universidades públicas, correspondendo a 90%. Todas as universidades australianas cobram taxas semestrais que variam de acordo com os programas da Instituição de Ensino Superior (IES), sendo taxas entre AU\$3.950 e AU\$14.500. O Esquema de Subsídio da Comunidade (CGS) (*Commonwealth Grant Scheme*, tradução nossa) é a principal fonte de financiamento universitário, que é alocado com base no número de estudantes equivalentes em tempo integral em Lugares Apoiados pela Comunidade (CSPs) (*Commonwealth Supported Places*, tradução nossa) (HAILER, 2022).

De acordo com o portal do Ministério de Educação da Austrália, as universidades recebem a contribuição da CGS para cada CSP e a quantidade de contribuições depende da área da educação. Para que os estudantes façam empréstimos, o Higher Education Loan Program (HELP) é oferecido pelo governo e os universitários não precisam pagar taxas adiantadas, mas até conseguirem inserção no mercado de trabalho e receberem renda o suficiente, chamado de “limite de reembolso”, devem contribuir por meio do reembolso e as taxas aumentam na mesma proporção que a renda do mutuário. Os estudantes graduados passam a pagar o empréstimo quando seu rendimento *per capita* for entendido como alto (UNIVERSITIES AUSTRALIA, [s.d.], on-line). Esse modelo de financiamento, defendido pela Tabata como viável para o Brasil, apresenta muitas particularidades devido aos diferentes contextos socioeconômicos dos dois países, o fato de que o Brasil apresenta um número maior de universidades privadas do que públicas e o salário mínimo ser inferior ao da Austrália, demonstrando a incompatibilidade desse sistema de financiamento universitário em um país em desenvolvimento.

A proposta de Tabata é uma clara financeirização da educação, quer dizer, ela está agindo claramente em prol da abertura de uma fronteira de acumulação para o capital. A

financeirização da educação trata-se de um fenômeno em que a educação é posta como submissa às exigências da lucratividade do capital, então os grandes oligopólios educacionais focam em obtenção de lucros e gestão profissionalizada. No caso do Brasil, há o exemplo do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) de financeirização da educação — para que os estudantes de baixa renda tenham acesso ao Ensino Superior, o Governo Federal oferece créditos, então os estudantes passam a pagar as prestações de acordo com a renda. A financeirização não garante totalmente o acesso à educação superior, já que estudantes de baixa renda estão suscetíveis à inadimplência, o que pode impedir a conclusão da graduação com a ausência de garantia de fundo para quitar as dívidas (CARVALHO et al, 2020). Assim como Lemann fez em relação ao *Common Core*, a deputada demonstra fascínio em seguir tendências de países desenvolvidos pela perspectiva do GL, que acaba desconsiderando as inúmeras particularidades entre países totalmente distintos no sentido político, econômico e social.

Esses projetos de lei refletem as vivências da própria deputada com o GL enquanto uma ex-estudante universitária intercambista, e dessa forma acredita que para tornar a educação básica mais robusta e elevar o status do país à nação desenvolvida, é fundamental transformar o modelo educacional de forma que esteja alinhada às necessidades do mundo do trabalho:

Hoje, o maior desafio que o Brasil enfrenta na área de educação é que não apenas temos uma agenda muito antiga, que é a da alfabetização, da formação dos professores, de um ensino médio que faça sentido para os jovens, que seja conectado com o mercado de trabalho, ensino técnico, profissional, etc. [Agenda] a qual vários países já conseguiram resolver, já enfrentaram e deram conta. Ao mesmo tempo, estamos vendo se impor uma agenda muito nova, que é uma agenda que vem com a quarta revolução tecnológica, que fala das profissões que estão mudando, das novas profissões que estão surgindo, das habilidades socioemocionais. (TERRAÇO ECONÔMICO, 2019, on-line).

Embora defenda a reformulação do modelo educacional brasileiro, o mercado de trabalho está extremamente precarizado e inseguro, faltando propostas para solucionar a qualidade dos empregos, bem como gerar empregos mais seguros. A proposta hegemônica pressupõe, cada vez mais, que a classe trabalhadora deve ser preparada para acumular capacidades que lhe garantam a empregabilidade. Dentro dessa lógica, a nova agenda para a educação visa ao desenvolvimento de competências socioemocionais para conformar o trabalhador a empregos precários ou para que ele crie seu próprio emprego, ou seja, levando ao empresariamento do trabalho (2021, MALAR).

Não por acaso, Tabata apoiou a Reforma da Previdência, em 2019, reforma estrutural das regras de aposentadoria que estabelece alterações da legislação previdenciária brasileira como o aumento da idade mínima para aposentadoria e tempo de contribuição. A Reforma da Previdência entrou em vigor pela Emenda Constitucional nº 103, no dia 13 de novembro de 2019, sob o pretexto de que existe déficit da previdência, onde os gastos da previdência social superam a arrecadação. Essa medida trouxe manifestações tanto a favor como contrárias. Enquanto alguns partidos (como MDB, DEM, PSDB, PL e PSL) defenderam a Nova Previdência, sob o argumento de que a população brasileira está envelhecendo, que a população de trabalhadores inativos está superando o número de trabalhadores ativos, o PDT foi um dos partidos que se opôs à Reforma. Os partidos de esquerda (PT, PDT, PSB, PSOL e PCdoB) se posicionaram contra afirmando que a aposentadoria somente pela idade mínima é injusta, pois desconsidera a realidade brasileira em que boa parte da população realiza trabalho informal⁵⁴. Segundo tais partidos à esquerda, para que a população possa contribuir com a aposentadoria, é necessário a maior geração de empregos⁵⁵.

Em conformidade com o especialista em direito previdenciário João Badari (apud STRICKLAND e BATISTA, 2021), a Reforma da Previdência tem peso maior sobre a classe trabalhadora em detrimento dos mais ricos visto que como a população mais pobre precisa estar inserida no mercado de trabalho (geralmente informal) mais cedo e costuma viver em situação precária, sua expectativa de vida é reduzida, enquanto a população mais rica tem maior estabilidade financeira e no trabalho, podendo contar por mais tempo com o benefício da aposentadoria. Quanto ao cálculo do benefício, o presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev) Roberto de Carvalho Santos sublinhou que a queda dos valores de benefício geradas pelo novo cálculo faz com que a população deva contribuir por mais tempo, com o homem precisando contribuir por 40 anos de trabalho, enquanto a mulher por 35. Já as regras de transição (baseadas em critérios como tempo de contribuição e idade mínima) apresentam maiores exigências para a concessão de benefícios, dificultando o processo de aposentadoria (MALAR, 2021).

⁵⁴ Como votou cada partido na Reforma da Previdência: Votação em 1º turno do texto principal. [S. l.]: Poder360, [s.d.]. Disponível em: <https://graficos.poder360.com.br/fize5/1/>. Acesso em: 11 out. 2022.

⁵⁵ TIMÓTEO, Antonio. 15 partidos apoiam a reforma da Previdência, mas 13 são contra a mudança no BPC. Brasília: UOL, 3 abr. 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/03/partidos-apoio-reforma-previdencia.htm>. Acesso em: 10 out. 2022.

Contrariando o posicionamento do próprio partido no qual estava filiada, Tabata afirmou que a reforma era de extrema relevância e necessidade alegando que outras áreas como da educação, saúde e segurança também precisam de recursos financeiros e que boa parte do orçamento público estava concentrado na Previdência. A deputada se posicionou a favor da reforma, assim como o deputado federal Felipe Rigoni, fazendo parte dos 370 parlamentares que se posicionaram favoráveis à Reforma da Previdência⁵⁶. Sendo ambos membros do RenovaBR e do movimento Acredito, dividem espaços em prol da renovação política e se consideram apartidários. Ainda que esses movimentos suprapartidários reúnam pessoas de diferentes espectros políticos, são altamente homogêneos em termos ideológicos, sendo principalmente enviesados à ideologia neoliberal (AUDI, 2019).

Tanto a FL, como a FE, se definem como organizações apartidárias e apolíticas, escolhendo líderes independente do sexo, etnia e pensamentos políticos, mas assim como RenovaBR e o Acredito, buscam formar lideranças para atuar em locais estratégicos, como o próprio Congresso Nacional e demais órgãos públicos. Esses APHs, portanto, criam intelectuais orgânicos alinhados às suas orientações "inovadoras" e principalmente aos ideais de caráter neoliberal, como a agenda educacional da FL.

Desde sua primeira campanha eleitoral para o cargo de deputada federal, ainda que recusando usar o Fundo Partidário, Tabata recebeu várias doações financeiras de grandes empresários, como de Patrice Philippe da Advent, do co-fundador do Grupo ABC Nizan Guanaes, do co-presidente da Natura Guilherme Leal, do ex-presidente do Banco Central e financista Armínio Fraga e do Ricardo Steinbruch do Grupo Vicunha⁵⁷. Boa parte das doações feitas pelo empresariado foram destinadas aos candidatos do RenovaBR em prol do combate à suposta política tradicional. Tabata foi eleita pela primeira vez em 2018, com 264 mil votos, e reeleita, em 2022, com 337 mil votos⁵⁸. Mesmo que Tabata afirme que as doações que recebeu não influenciam nas suas decisões na Câmara, suas ações demonstram alinhamento ao projeto ético-político da burguesia, algo expresso, frequentemente, em seus votos como deputada.

⁵⁶ BRASIL DE FATO. Previdência: quem votou contra o direito dos trabalhadores, estado por estado: Em 20 das 27 bancadas estaduais, projeto que retira direitos teve apoio de mais de 70% dos parlamentares. São Paulo: Brasil de Fato, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/11/previdencia-veja-quem-votou-contra-os-trabalhadores-na-camara-estado-por-estado>. Acesso em: 14 set. 2022.

⁵⁷ BRUZA, Rafael. Nove empresários bancaram quase metade da campanha de Tabata, superando o PDT. [S. l.]: Diário do Centro do Mundo, 2018. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/nove-empresarios-bancaram-quase-metade-da-campanha-de-tabata-superando-o-pdt-por-rafael-bruza/amp/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁵⁸ FERNANDES, Samuel. Tabata Amaral é reeleita deputada federal por SP e supera votos de 2018. [S. l.]: Yahoo! Notícias, 3 out. 2022. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/tabata-amaral-%C3%A9-reeleita-deputada-130900843.html>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Não bastasse o voto favor da Reforma da Previdência, em 2022, ela também votou a favor do PL nº 4.188/2021, que permite os bancos e instituições financeiras de tomar a única casa de famílias inadimplentes e endividadas⁵⁹.

Como uma intelectual orgânica, a relação de Tabata com o mundo da produção não é algo inato, mas conforme Gramsci (1982, p. 10), essa relação é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários””. O intelectual orgânico atua como “comissário” do grupo dominante que atua na sociedade, inclusive por meio do governo, coagindo os grupos menos expressivos ou de menos poder, forçando-os a aceitarem as regras e políticas impostas.

No âmago do modelo de educação em que Tabata está engajada, a gestão educacional, direcionada pela visão de mundo da burguesia pós-fordista expressa na figura de Lemann, busca ensinar aos pobres como eles podem chegar “lá”. A chave é a conformação de um comportamento individual transformador. Mas para isso é necessário “abrir os olhos da gestão pública” para os exemplos da gestão privada. É a gestão empresarial que vai ensinar o Estado a criar os “vencedores”. Ela vai buscar os casos de sucesso no mundo da educação e ajudar a administração pública a implementá-los aqui. Essas experiências, é claro, não são transpostas de forma neutra. Essa transposição se dá pautada pelos princípios da gestão pós-fordista implementada por Lemann em suas empresas. Isto fica claro quando analisamos o mais novo APH gestado por Lemann: o Eleva⁶⁰, uma rede de colégios de alto padrão, que é um verdadeiro laboratório para experimentos pedagógicos que, em seguida, poderão ser implantados, a partir das consultorias da FL às secretarias de educação, nas escolas públicas. O Eleva, somado à BNCC, visa transpor a visão de mundo dos ricos para as classes subalternas⁶¹. Trata-se literalmente de uma pedagogia da hegemonia. Portanto, a trajetória de Tabata Amaral parece ser um exemplo de como é possível expandir o horizonte dos jovens

⁵⁹ ALVES, Renato. Tabata alega erro técnico em voto favorável a banco tomar única casa de família: A parlamentar votou a favor do projeto de lei que permite aos bancos tomar a única casa de famílias endividadas e inadimplentes. A Câmara aprovou o projeto na quarta-feira (1º). [S. l.]: O Tempo, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/congresso/tabata-alega-erro-tecnico-em-voto-favoravel-a-banco-tomar-unic-a-casa-de-familia-1.2678492>. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁶⁰ SIQUEIRA, Sofia. Lemann e o sonho de transformar a educação brasileira. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cidade/lemann-e-o-sonho-de-transformar-a-educacao-brasileira/>. Veja Rio. Acesso em: 18 nov. 2022.

⁶¹ Importa ressaltar que, recentemente, Lemann, em uma operação típica do empresário pós fordista que é, vendeu o Eleva, uma escola voltada ao ensino internacional, para um grupo de investidores ingleses. Entretanto, o grupo Gera Capital, liderado por Lemann continua engajado na gestão de colégios de classe média alta em todo o Brasil, como as redes Pensi e Elite, e na promoção de inovações no campo da gestão educacional através da *edtech Kantum*, que forma professores e gestores. Ver: AGÊNCIA O GLOBO. Escola Eleva é vendida: o que acontece com as redes Pensi e Elite? Disponível em: <https://exame.com/negocios/escola-eleva-e-vendida-o-que-acontece-com-as-redes-pensi-e-elite/>. e.Negócios. Acesso em: 18 nov. 2022.

periféricos e fazê-los se engajar em um projeto moral pautado pelo individualismo radical e pelo empresariamento de si.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do estudo de caso apresentado, é notório que para o GL estabelecer a hegemonia no campo de políticas públicas educacionais ele precisa, por meio do seu conglomerado de empresas e fundações, de gente na política. O trabalho realizado pela Fundação Estudar e Fundação Lemann vai muito além de uma “ação filantrópica” visto que o grande objetivo dessas organizações como parte do GL é concretizar o projeto neoliberal de educação proposto por Lemann, ao invés de simplesmente realizar práticas “generosas” e “altruístas” para estudantes e a sociedade como um todo. Tal “filantropia” defendida pelo GL se trata de formar intelectuais orgânicos para que no futuro sejam precursores do seu projeto educacional.

Pode-se dizer que o campo da educação é visto tanto por Lemann, como para a burguesia no geral, como uma fronteira de acumulação de capital, assim como um meio de conformar sua hegemonia cultural. Não por acaso, os APHs empresariais acabam por desvirtuar a educação como bem público para torná-la um negócio lucrativo. Para os APHs empresariais, estruturar o sistema educacional brasileiro com o foco rígido em metas estabelecidas, resultados imediatos e formação de lideranças é mais do que apenas supostamente modernizar a educação básica. Trata-se de uma tática para obter destaque nas avaliações internacionais e receber investimentos externos para a concretização e a consolidação do projeto de educação neoliberal. O que acontece é que o GL e outros APHs empresariais apresentam um projeto de educação ajustado ao modelo de produção pós-fordista, priorizando a geração de futura mão de obra para um mercado de trabalho precarizado, com poucos empregos de qualidade e com uma massa de empreendedores que visam o empresariamento de si. Ainda que Lemann pressuponha por meio de seu projeto uma educação dinâmica e que supostamente aumentaria a autonomia dos indivíduos, conformando uma sociedade moderna e próspera, os fundamentos desse modelo de educação são ultraindividualistas e instrumentais. Eles estão longe de promover o senso crítico de caráter holístico, pois preparam os indivíduos para serem bem-sucedidos, isto é, enriquecer, em um mercado de trabalho pautado por uma competição voraz. Logo, este projeto não busca a autonomização do indivíduo para emancipar a sociedade, nos termos formulados pelo educador Paulo Freire. É uma educação atomizada, na qual o sucesso financeiro individual é sinônimo de prosperidade coletiva.

Para Gramsci (2001), a educação é importante na luta para transformar a sociedade e desenvolver um projeto de educação no mundo capitalista, o que ele chama de escola unitária, ou humanista. A escola funciona como instrumento de formação de intelectuais em vários níveis, assim como é essencial para aprofundar os estudos sobre o Estado capitalista, as relações entre ele e a sociedade e o processo de organização de grupos dominantes (as instituições da sociedade civil) e das classes subalternas:

O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. [...] Num novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de individuais, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade públicas) institutos especializados em todos os ramos de pesquisa e de trabalho científico, para os quais poderão colaborar e nos quais encontrarão todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendam empreender (GRAMSCI, 2001, p. 40).

No campo da gestão de políticas públicas, Gramsci tem sua importância por ser um ator contra hegemônico, no sentido de que o filósofo busca superar uma coisa muito comum no capitalismo – a substituição da lógica da libertação pela lógica do meio. Por exemplo, a atuação dos APHs empresariais na área educacional, que não pensa em melhorar a educação para que ela se torne um meio de transformação de uma sociedade livre, mas como um fim em si mesmo, então substitui a finalidade da humanidade, que é ser livre e reflexiva, pelo meio. A educação, que é um elemento de construção da liberdade, é subjugada a um meio, que é o trabalho.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, T. M. F. ; PERONI, V.M.V. ; GARCIA, Teise de Oliveira Guaranha ; OLIVEIRA, R. T. C. ; SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos ; COSTA, M. DE O. ; COMERLATTO, L. P. ; SILVA, M. V. ; LUZ, Liliene Xavier ; SOUZA, S. A. ; LEITÃO, A. L. Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. 2010. (Relatório de pesquisa).

ANTUNES, André. A quem interessa a BNCC?: Especialistas em educação apontam que a terceira versão do documento aprofunda a sintonia entre a Base Nacional Comum Curricular e as formulações defendidas por fundações e institutos empresariais que prestam serviços para a educação pública. [S. l.]: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 23 nov. 2017. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/a-quem-interessa-a-bncc>. Acesso em: 10 mar. 2022.

AUDI, Amanda. Joga pedra na Tabata: De prodígio a "traidora": Tabata Amaral foi o voto mais pesado a favor da Reforma da Previdência. [S. l.]: The Intercept Brasil, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/12/tabata-amaral-previdencia/>. Acesso em: 15 set. 2022.

BALDOCCHI, Gabriel. Os candidatos de Jorge Paulo Lemann: Eles se formaram nas melhores universidades do mundo com a ajuda do homem mais rico do Brasil e poderiam trilhar carreiras prósperas no mundo corporativo, mas preferiram mudar a política do País. Conheça os jovens políticos que podem tornar real o sonho do bilionário brasileiro de ver um de seus pupilos na Presidência da República. IstoÉ, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/os-candidatos-de-lemann/>. Acesso em: 14 set. 2022.

BARBOSA, Suria. Tabata Amaral: conheça a jovem da periferia que passou por Harvard e hoje está no Congresso Nacional. [S. l.]: FUNDAÇÃO ESTUDAR, 17 maio de 2019. Disponível em: <https://www.napratica.org.br/trajetoria-tabata-amaral/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela. Pequeno glossário gramsciano. [S. l.]: Cult, 27 abr. 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-gramsciano/>. Acesso em: 29 jan. 2023.

Biografia do (a) Deputado (a) Federal Tiago Mitraud - Portal da Câmara dos Deputados. [S. l.]: Câmara dos Deputados, [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/204519/biografia>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma gerencial do Estado de 1995. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, RJ, v. 34, n. 4, p. 7 a 26, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CARIELLO, Lisia. APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EMPRESARIAIS: OS CASOS DA FUNDAÇÃO ESTUDAR E DA FUNDAÇÃO LEMANN *In*: XIX Encontro de História da Anpuh-Rio, 2020, Rio de Janeiro. **Artigo**. Rio de Janeiro: 2020.

CARIELLO, Lisia Nicoliello. CONSTRUINDO REDES DE INTELLECTUAIS ORGÂNICOS: O PROGRAMA DE BOLSAS DE ESTUDO LEMANN FELLOWSHIP DA FUNDAÇÃO LEMANN (2007-2018). Orientador: Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

CARVALHO, M. S. de; SOARES NETO, H. F.; PINHEIRO, L. I. F. FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: INADIMPLÊNCIA E PROGRAMAS EDUCACIONAIS NOS ANOS 2000. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 105–120, 2020. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.20227. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/20227>. Acesso em: 12 out. 2022.

CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob; ROGERS, Alisdair. *A Dictionary of Human Geography*. 1. ed. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2013.

COSTOLA, Andresa; BORGHI, Raquel Fontes. OS REFORMADORES EMPRESARIAIS E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DO MOVIMENTO TODOS PELA BASE NACIONAL COMUM. *Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 22, p. 1313-1324, dezembro de 2018

COUTINHO, Carlos Nelson. A ÉPOCA NEOLIBERAL: REVOLUÇÃO PASSIVA OU CONTRA-REFORMA?. *Novos Rumos*, Marília, v. 49, n. 1, p. 117-126, 2012.

DAGNINO, E., RAMOS, A. G., CANDIDO, A., SANTIAGO, S., RIBEIRO, D., SCHWARZ, R., VIANNA, L. W., BASTOS, E. R., COHN, G., FERNANDES, F., de Aguiar Costa Pinto, L., CARDOSO, F. H., DA COSTA, E. V., MARINI, R. M., Fontes, V., RANGEL, I., GORENDER, J., DE OLIVEIRA, F., DOMINGUES, J. M., DOIMO, A. M. (2018). CONFLUENCIA PERVERSA, DESPLAZAMIENTO DE SENTIDO, CRISIS DISCURSIVA. In B. Bringel & A. Brasil (Eds.), *Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo* (pp. 679–700). CLACSO. <https://doi.org/10.2307/j.ctvnp0k3f.33>

DAVIES, William. THE NEW NEOLIBERALISM. *New Left Review*, [s. l.], ed. 101, p. 127-129, Sep/Oct. 2016.

DEPUTADA TABATA AMARAL. Quem sou - Tabata Amaral - Deputada e ativista pela educação. [S. l.], [S.d.]. Disponível em: <https://tabataamaral.com.br/quem-sou/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

DIAS, Marina. Para 2022, milionários priorizam candidatos que aprenderam 'politiquês'. São Paulo: TAB UOL, 19 set. 2022. Disponível em:

<https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/19/para-2022-milionarios-priorizam-candidatos-que-aprenderam-politiques.htm>. Acesso em: 9 dez. 2022.

DINIZ, Iara. Felipe Rigoni diz que 'orientação liberal' motivou escolha de novo partido: Deputado federal do ES vai se filiar ao União Brasil - partido formado pela fusão do PSL com o DEM - na próxima terça-feira (7) e não descarta ser candidato ao governo do Estado. [S. l.]: A Gazeta, 4 dez. 2021. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/felipe-rigoni-diz-que-orientacao-liberal-motivou-escolha-de-novo-partido-1221>. Acesso em: 14 set. 2022.

DORE, Rosemary. GRAMSCI E O DEBATE SOBRE A ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL. Cad. Cedes, Campinas, v. 26, n. 70, p. 329-352, Set/Dez 2006.

ENTREVISTA - Virgínia Fontes. Aurora/Marília, [S. l.], n. 7, p. 11-26, 2013.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; RITTER, Neiva Cristina. EMPRESA JÚNIOR: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR-EMPREENDEDOR. Revista Conexão UEPG, Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 272-282, maio-agosto 2018.

FILHO, João. RenovaBR: os 147 jovens eleitos a serviço das elites em 2020: Grupo defende a “renovação política”. Na prática, só garante que os interesses dos seus financiadores sejam atendidos.. [S. l.]: The Intercept Brasil, 22 nov. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/22/renovabr-os-147-jovens-eleitos-a-servico-das-elites-em-2020/>. Acesso em: 9 dez. 2022.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. Marx e o Marxismo, Niterói, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 15-35, 2020.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 388 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FUNDAÇÃO Lemann - Para Você - Lideranças. [S. l.],[s.n.]. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/voce/liderancas>. Acesso em: 7 set. 2021.

GARCIA, Teise; PERONI, Vera Maria Vidal. Apresentação – Diálogos sobre distintas formas de privatização: caminhadas de pesquisa sobre o tema. Educar em Revista, Curitiba, Paraná, v. 36, p. 1-9, 2020.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André; DE CASTRO, Lavinia Barros; HERMANN, Jennifer. ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: 1945-2010. 2. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier, 2011.

GODOY, Sérgio. NOVA DIREITA, VELHAS AGENDAS E O FIM DE UM CICLO NO BRASIL: El progresismo y la izquierda ante la nueva derecha: claves para la región. Friedrich Ebert Stiftung, [s. l.], Abril 2021.

GOHN, Maria da Glória. Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Revista Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 14, p. 238-253, 2013.

GOULART, Débora Cristina; ALENCAR, Felipe. INOVA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL PAULISTA: PROGRAMA EMPRESARIAL PARA FORMAÇÃO DO NOVO TRABALHADOR. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v. 13, ed. 1, p. 337-366, abril 2021.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. São Paulo: Hedra, 2008, 96 p.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. CADERNO 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2, cap. 1, p. 15-53.

GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. v. 48.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere. Turim: Einaudi, 1975.

HAILER, Marcelo. Tabata Amaral defende modelo australiano às universidades brasileiras: ele é viável para o Brasil?: Diante do debate em torno da PEC 206, que acaba com o acesso universal das universidades públicas brasileiras, parlamentar apresentou proposta em que os estudantes pagariam depois de formados. [S. l.]: Revista Fórum, 25 maio 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/5/25/tabata-amaral-defende-modelo-australiano-universidades-brasileiras-ele-viavel-para-brasil-117875.html>. Acesso em: 15 set. 2022.

HOEVER, Rejane Carolina. O CONCEITO DE APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA E SEUS USOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA. Revista Práxis e Hegemonia Popular, Rio de Janeiro, ed. 145-159, p. 145-159, Ago/Dez 2019.

Instituto Ayrton Senna - Quem Somos [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html>. Acesso em: 23 fev. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Relatório Anual de Resultados 2013. São Paulo, 2013.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Relatório Anual de Resultados 2014. São Paulo, 2014.

JACOMINI, M. A. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. São Paulo, 2018. *Educação e Pesquisa* [online]. 2020, v. 46 Acesso em: 6 Setembro 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046214645>>. Epub 27 Fev 2020. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046214645>.

Jorge Paulo Lemann: self-made man por exploração: De herdeiro bilionário a magnata de investimentos suspeito de fraudes e corrupção, concorrência desleal, e superexploração de trabalhadores. Com verniz de filantropo, dribla legislação para financiar eleições, e mira o mercado privado de ensino. [S. l.]: OUTRASMÍDIAS, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/jorge-paulo-lemann-self-made-man-por-exploracao/>. Acesso em: 18 out. 2021.

JÚNIOR, Geraldo Coelho de Oliveira. O conceito de hegemonia em Gramsci: possibilidades de compreensão a partir da educação. *ORG & DEMO*, Marília, v. 21, ed. 2, p. 159-174, jul./dez. 2020.

LAHIRE, Bernard. O ponto de vista do Conhecimento. *In*: LAHIRE, Bernard. Sucesso Escolar nos Meios Populares: As razões do improvável. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006. cap. 1, p. 17-46.

LIMA, Vivian Lie Kato de. O que são as Organizações da Sociedade Civil (OSC)? [S. l.]: Politize!, 5 maio 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/organizacoes-da-sociedade-civil/>. Acesso em: 19 out. 2021.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia; GIUSTINA, Emilie Faedo Della. SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO: CONCEPÇÕES HEGEMÔNICAS E CONTRA HEGEMÔNICAS. Em Tese, Florianópolis, v. 10, ed. 1, p. 67-92, 2013.

LOPEZ, Felix Garcia. PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018.

MALAR, João Pedro. Dois anos depois, saiba quais foram os efeitos da Reforma da Previdência: Efeitos econômicos da crise sanitária dificultam a mensuração dos primeiros efeitos da mudança no sistema. São Paulo: CNN Brasil, 13 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/dois-anos-depois-saiba-quais-foram-os-efeitos-da-reforma-da-previdencia/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

MARQUES, Oswaldo. A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso, de Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.). EccoS - Revista Periódica, São Paulo, v. 7, ed. 2, p. 473-489, jul./dez. 2005.

MARTINS, E. M., & KRAWCZYK, N. R. (2018). Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. *Revista Portuguesa De Educação*, 31(1), 4–20. <https://doi.org/10.21814/rpe.12674>.

MENDONÇA, Sonia Regina. SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI: Venturas e Desventuras de um Conceito. In: MENDONÇA, Sonia Regina; DE PAULA, Dilma Andrade. Sociedade Civil. Paco Ed, 2013.

MONTESANTI, Beatriz. "Bancada Lemann": os políticos apoiados pelo 2º homem mais rico do Brasil - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/22/com-trajetoria-parecida-deputados-associados-a-lemann-divergem-na-politica.htm?cmpid=copiaecola>. São Paulo: UOL, 22 maio de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/05/22/com-trajetoria-parecida-deputados-associados-a-lemann-divergem-na-politica.htm>. Acesso em: 12 set. 2022.

MOVIMENTO PELA BASE. Base Nacional Comum: Educação é a base. Brasília, 18 maio 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

OHANA, Victor. Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração?: Movimentos de renovação e organizações de formação política provocam choque interno com partidos no Congresso Nacional. [S. l.]: Carta Capital, 30 ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabr-e-fundacao-lemann-renovacao-ou-infiltracao/>. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Ramon de. O empresariado industrial e a educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2003, n. 22 [Acessado 10 Fevereiro 2022] , pp. 47-60. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000100006>>. Epub 27 Nov 2006. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000100006>.

PARTIDO NOVO. Tiago Mitraud - NOVO. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://novo.org.br/eleitos/tiago-mitraud/>. Acesso em: 12 set. 2022.

PINHO, Ana. Como um trio de estudantes criou projeto que desafia políticos a pensarem sobre educação. [S. l.]: Na Prática.ORG, 22 maio 2017. Disponível em:

<https://www.napratica.org.br/mapa-educacao-tres-estudantes-harvard-criaram-o-projeto/>.

Acesso em: 2 ago. 2022.

Por que a educação é o único caminho | Tábata Amaral | TEDxUFRGS. Produção: TEDxTalks. [S. l.]: Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mW0vMQbZ5oY&t=627s>. Acesso em: 12 ago. 2022.

RESENDE, B. H. L. A NOÇÃO DE ESTADO AMPLIADO EM GRAMSCI: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO E A RELAÇÃO COM A OPINIÃO PÚBLICA. Orientador: Dr. Gianni Fresu. Monografia (Bacharel e Licenciatura em Filosofia) - Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RIGAMONTI, Stéfanie. Tabata Amaral: “É possível ser progressista defendendo responsabilidade fiscal”: Em entrevista exclusiva à TC Rádio, Tabata Amaral defendeu as regras fiscais e propôs medidas alternativas para ampliar o Bolsa Família. São Paulo: Mover, 27 out. 2021. Disponível em: <https://site.tc.com.br/noticias/politica/tabata-amaral-e-possivel-ser-progressista-defendendo-re-sponsabilidade-fiscal>. Acesso em: 9 dez. 2022.

RODRIGUES, Bruno Alysson Soares. O PISA e o problema da negação do conhecimento: uma crítica marxista ao discurso da educação para a cidadania global. Trabalho Necessário, Fortaleza, v. 17, n. 32, 2019.

RUPP, Isadora. Como uma política nacional voltada ao ensino técnico pretende melhorar o acesso ao ensino superior e a empregabilidade no Brasil: Projeto de reaproveitamento de créditos e incremento na oferta de cursos são alguns caminhos apontados pela deputada federal Tabata Amaral, que tratou dos temas nesta entrevista ao ‘Nexo Políticas Públicas’. [S. l.]: Nexo Políticas Públicas, 7 jun. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/topico/2022/06/07/Como-uma-pol%C3%ADtica-nacional-voltada-ao-ensino-t%C3%A9cnico-pretende-melhorar-o-acesso-ao-ensino-superior-e-a-empregabilidade-no-Brasil>. Acesso em: 10 out. 2022.

SCHERER, Susana Schneid; NASCIMENTO, Flávia Marchi; CÓSSIO, Maria de Fátima. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: ATUAÇÃO DO INSTITUTO AYRTON SENNA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RS. Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, p. 1-18, 2020.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. Cadernos CEDES [online]. 2006, v. 26, n. 70 [Acessado 31 Agosto 2021], pp. 373-391. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>>. Epub 27 Fev 2007. ISSN 1678-7110.
<https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil: Entrevista com Lúcia Neves concedida a Eneida Oto Shiroma e Olinda Evangelista em 23 de junho de 2010 em Florianópolis, SC. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 229-242, jan./jun. 2011.

SILVA, Leonardo Almeida da; COSTA, Marilda de Oliveira. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. *Revista Brasileira de Educação*, Cáceres, MT, v. 24, 2019.

SILVA, V. M.; LIMA, S. M. L.; TEIXEIRA, Marcia. Organizações Sociais e Fundações Estatais de Direito Privado no Sistema Único de Saúde: relação entre o público e o privado e mecanismos de controle social. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. Especial, p. 145-159, dezembro de 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: SILVEIRA, Denise Tolfo; GERHARDT, Tatiana Engel. *Métodos de Pesquisa*. 1. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2009. cap. 2, p. 31-42.

STRICKLAND, Fernanda; BATISTA, Vera. Reforma da Previdência completa dois anos em meio a críticas: Mudanças nas regras de aposentadoria, aprovadas em novembro de 2019, reduzem gastos e auxiliam no ajuste fiscal. Mas benefícios ainda pequenos geram críticas. [S. l.]: Estado de Minas, 14 nov. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/11/14/interna_politica.1322688/reforma-da-previdencia-completa-dois-anos-em-meio-a-criticas.shtml. Acesso em: 18 nov. 2022.

TÁBATA AMARAL - "Em Harvard, tem aula com mais de mil páginas de leitura por semana". Produção: Fundação Estudar. [S. l.]: Youtube, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=p_VsQd1euxs. Acesso em: 12 ago. 2022.

Tabata Amaral fala sobre como é a experiência de estudar em HARVARD!. Produção: Estudar Fora. [S. l.]: Youtube, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKmbjIY8xwI>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Tabata Amaral 4040 | O que já conquistamos. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.tabata4040.com.br/c%C3%B3pia-principais-ideias>. Acesso em: 15 set. 2022.

TERRAÇO ECONÔMICO. Tabata Amaral sobre educação, reforma da Previdência e polarização política. Terraço Econômico, [S. l.], n.p., 31 maio de 2019. Disponível em: <https://terracoeconomico.com.br/tabata-amaral-sobre-educacao-reforma-da-previdencia-e-polarizacao-politica/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TRANSPARÊNCIA - Fundação Estudar. [S. l.], [s.n.]. Disponível em: <https://www.estudar.org.br/transparencia/>. Acesso em: 7 set. 2021.

TRIBUNA. Entrevista com o Deputado Renan Ferreirinha - Relator da Comissão Covid, que culminou com impeachment de Wilson Witzel. [S. l.]: Tribuna, 9 set. 2022. Disponível em: <https://www.tribunadaimpressadigital.com.br/noticia/entrevista-com-o-deputado-renan-ferreirinha-relator-da-comissao-covid-que-culminou-com-impeachment-de-wilson-witzel>. Acesso em: 14 set. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Compromisso Todos Pela Educação, Brasília, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes_compromisso.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

UNIVERSITIES AUSTRALIA. How universities are funded - Universities Australia. [S. l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.universitiesaustralia.edu.au/policy-submissions/teaching-learning-funding/how-universities-are-funded/>. Acesso em: 15 set. 2022.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W.. Sociedade civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 109, p. 5-30, Mar. 2012. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jan. 2023.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 2000, 2. ed.
ZETTERMANN, Carolina Ribeiro. *A LEGITIMAÇÃO DA ELITE EMPRESARIAL BRASILEIRA: Biografia de sucesso versus habitus de classe*. Orientador: Fabricio Barbosa Maciel. 2020. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense, Campo de Goytacazes, 2020.